

# **Coparentalidade e sentido de competência parental em famílias com crianças em idade escolar**

**VERSÃO FINAL APÓS DEFESA**

**Eliana Teixeira Correia**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Psicologia Clínica e da Saúde**  
(2<sup>o</sup> ciclo de estudos)

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Doutora Marta Sofia Lopes Pereira Alves

**dezembro de 2023**



## **Declaração de Integridade**

Eu, Eliana Teixeira Correia, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M11773 de Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referência de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã, 14/12/2023

*Eliana T. Correia*



# Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de transmitir o meu sincero “obrigada” à minha orientadora, a Professora Doutora Marta Pereira Alves, pela orientação académica que prestou ao longo da elaboração desta dissertação e, principalmente, pela paciência nos momentos de ansiedade e stresse. O seu *feedback* contínuo, compromisso e disponibilidade foram essenciais.

Agradeço também aos meus familiares, nomeadamente pai, tios e à minha estrelinha que me acompanha em todos os meus passos, a minha mãe, por me apoiarem, encorajarem e acreditarem em mim, mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos meus colegas da Universidade e amigos, agradeço por terem partilhado comigo os desafios, dúvidas e vitórias inerentes a esta jornada.

Ao Diretor do Agrupamento de Escolas de Porto de Mós, por ter aceite tão prontamente auxiliar no processo de recolha de dados para a presente dissertação, disponibilizando o seu tempo de forma tão simpática.

Agradeço ainda a todos os encarregados de educação que concordaram em participar do estudo, fornecendo as suas respostas aos questionários.

Sem estes elementos, não teria sido possível alcançar este objetivo (que finaliza o meu percurso académico) de uma forma tão satisfatória.

Muito obrigada a todos, foram incríveis.



## Resumo

A partir da literatura, é possível perceber que são vários os fatores que contribuem para uma dinâmica familiar harmoniosa e saudável. Entre eles, estão a coparentalidade e o sentido de competência parental que, além de impactarem o bem-estar da família, exercem efeitos a longo prazo no ajustamento infantil. Assim, o presente estudo procura compreender em maior profundidade de que forma o sentido de competência parental, envolvendo a satisfação e eficácia parental, e a coparentalidade, envolvendo a percepção de cooperação, triangulação e conflito, se relacionam. Para isso, foi pedido a pais e mães de crianças com idades compreendidas entre os 6-12 anos (famílias intactas e tradicionais) que preenchessem um questionário sociodemográfico e as versões portuguesas da *Parenting Sense of Competence Scale* (PSOC) e do *Coparenting Questionnaire* (CQ). Os resultados permitiram concluir que quanto mais satisfeitos os pais se sentem quanto ao papel parental, mais tendem a cooperar, bem como a evitar o conflito e comportamentos de triangulação na relação coparental. A eficácia parental também revelou uma associação positiva com a cooperação, e negativa com o conflito, apesar de não ter sido verificada nenhuma relação estatisticamente significativa com a triangulação. Adicionalmente, foi possível verificar que tanto a cooperação quanto o conflito predizem a satisfação parental, sendo que a triangulação não demonstrou ser um preditor significativo. Por outro lado, a eficácia parental apenas é predita pela cooperação. Este estudo contribuiu com uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam o bem-estar, as necessidades e a funcionalidade das famílias com crianças em idade escolar.

## Palavras-chave

Sentido de competência parental; satisfação parental; eficácia parental; coparentalidade; cooperação; triangulação; conflito; idade escolar



## **Abstract**

According to the literature, it is possible to see that there are several factors that contribute to a harmonious and healthy family dynamic. Among them are the parenting sense of competence and coparenting which, in addition to impacting the family's well-being, have long-term effects on children's adjustment. Therefore, the present study seeks to understand in greater depth how the parenting sense of competence, involving parental satisfaction and efficacy, and coparenting, involving perceptions of cooperation, triangulation and conflict, are related. For this purpose, fathers and mothers of children aged 6-12 were asked to fill out a sociodemographic questionnaire and the Portuguese versions of the Parenting Sense of Competence Scale (PSOC) and the Coparenting Questionnaire (CQ). The findings led us to the conclusion that the more satisfied parents feel about their parental role, the more they tend to cooperate, as well as avoid conflict and triangulation behaviors in the coparental relationship. Parental efficacy also revealed a positive association with cooperation, and a negative association with conflict, although no statistically significant relationship was found with triangulation. Additionally, it was possible to verify that both cooperation and conflict predict parental satisfaction, with triangulation not proving to be a significant predictor. On the other hand, parental effectiveness is only predicted by cooperation. This study contributed to a deeper understanding of the factors that influence the well-being, needs and functioning of families with school-age children.

## **Keywords**

Parenting sense of competence; parental satisfaction; parental efficacy; coparenting; cooperation; triangulation; conflict; school age



# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1. Enquadramento teórico .....</b>	<b>3</b>
1.1. Parentalidade .....	3
1.2. Sentido de competência parental .....	5
1.2.1. Autoeficácia parental.....	6
1.2.2. Satisfação parental.....	8
1.3. Coparentalidade.....	10
1.4. A parentalidade ao longo do ciclo vital.....	12
1.5. Relação entre a coparentalidade e o sentido de competência parental.....	15
<b>Capítulo 2. Método .....</b>	<b>18</b>
2.1. O presente estudo .....	18
2.2. Tipo de investigação.....	19
2.3. Procedimentos.....	19
2.4. Caracterização da amostra .....	20
2.5. Instrumentos .....	23
2.6. Análise estatística.....	26
<b>Capítulo 3. Apresentação dos resultados .....</b>	<b>27</b>
3.1. Análises preliminares .....	27
3.1.1. Análise descritiva dos itens da ESCP .....	27
3.1.2. Análise descritiva dos itens do QC.....	28
3.1.3. Análise da consistência interna .....	29
3.1.4. Análise das covariáveis .....	29
3.2. Teste de hipóteses .....	30
3.2.1. Correlações entre a coparentalidade e o sentido de competência parental ..	30
3.2.2. Coparentalidade como preditora do sentido de competência parental .....	31
<b>Capítulo 4. Discussão dos resultados.....</b>	<b>34</b>
<b>Capítulo 5. Considerações finais.....</b>	<b>39</b>
<b>Referências .....</b>	<b>41</b>



# Lista de Tabelas

<b>Tabela 1.</b> Dados sociodemográficos dos pais.....	21
<b>Tabela 2.</b> Dados sociodemográficos das crianças.....	22
<b>Tabela 3.</b> Estatísticas descritivas da ESCP ( $N = 240$ ) .....	27
<b>Tabela 4.</b> Estatísticas descritivas do QC ( $N = 240$ ).....	28
<b>Tabela 5.</b> Valores do coeficiente alfa de Cronbach da ESCP e QC.....	29
<b>Tabela 6.</b> Matriz de correlações de Pearson entre as subescalas da ESCP, do QC e a idade dos pais ( $N = 240$ ).....	30
<b>Tabela 7.</b> Matriz de correlações de Pearson entre a ESCP e o QC ( $N = 240$ ).....	30
<b>Tabela 8.</b> Regressão Linear Múltipla Hierárquica: Coparentalidade como preditora da Satisfação Parental.....	32
<b>Tabela 9.</b> Regressão Linear Múltipla Hierárquica: Coparentalidade como preditora da Eficácia Parental .....	33



## Lista de Acrónimos

CQ	<i>Coparenting Questionnaire</i>
CON	Conflito
COO	Cooperação
EP	Eficácia Parental
PSOC	<i>Parenting Sense of Competence Scale</i>
ESCP	Escala de Sentido de Competência Parental
QC	Questionário de Coparentalidade
SP	Satisfação Parental
SPSS	<i>Statistical Package for Social Sciences</i>
T	Triangulação



# Introdução

De acordo com a Teoria Familiar Sistémica de Bowen, a família é conceptualizada como um sistema organizado de forma hierárquica, que integra uma variedade de outros sistemas mais amplos, como bairros, escolas, instituições religiosas e locais de trabalho (Watson, 2012).

Esta teoria, baseada no pensamento sistémico, sugere que a melhor maneira de compreender os indivíduos não se limita à avaliação dos seus fatores internos, sendo igualmente necessário contextualizar o papel que cada pessoa desempenha nos diferentes sistemas com que interage (com todas as suas características, exigências, hierarquias, limites...) (Watson, 2012). Esta linha de raciocínio permite reformular a forma como se analisam condutas sintomáticas ou problemáticas, passando-se de uma análise isolada e centrada exclusivamente no indivíduo, para uma análise alargada, que as entende como respostas às circunstâncias e à organização dos sistemas em que se manifestam (Caldas, 1993).

Minuchin (1982) contribuiu para a compreensão da organização familiar ao definir a existência de quatro subsistemas que interagem e se influenciam mutuamente – parental (pais-filhos), conjugal (marido-mulher), filial (entre irmãos) e individual (cada membro individualmente). Mais recentemente, a investigação tem conceptualizado a coparentalidade, referente ao envolvimento conjunto e recíproco de ambos os pais nos cuidados e decisões relativas à criança, como um subsistema autónomo, com mecanismos e características idiossincráticos e diferenciáveis dos processos relacionais dos subsistemas conjugal e parental (Figueiredo & Lamela, 2014).

Este subsistema, quando estabelecendo fronteiras funcionais e hierarquias claras, conseguiria dar respostas adequadas às necessidades desenvolvimentais das crianças, evitando também o surgimento de disfunções (e.g., coligação por desvio, triangulação) que pudessem desestabilizar a família e o bem-estar infantil (Figueiredo & Lamela, 2014). Associado à coparentalidade, estaria o sentido de competência parental, um constructo que se subdivide em satisfação e eficácia parental e que exerceria igualmente efeitos significativos no sistema familiar (Atherton, 2017).

Dada a escassez de estudos que investigam a relação entre a coparentalidade e o sentido de competência parental, particularmente em famílias com crianças em idade escolar, a presente dissertação procura preencher esta lacuna, analisando a perspetiva de pais de crianças entre os 6 e os 12 anos, pertencentes a famílias intactas e tradicionais (estruturadas em função do género feminino e masculino), sobre a forma como veem a relação coparental estabelecida com o/a parceiro/a e a própria parentalidade, em termos de satisfação e eficácia. O objetivo passa por perceber a

relação que estes constructos mantêm e a força preditiva que a coparentalidade exerce na satisfação e eficácia parental, ou seja, no sentido de competência parental.

A estrutura da dissertação divide-se em cinco capítulos. O primeiro capítulo faz referência ao enquadramento teórico, onde se clarifica os conceitos de parentalidade, sentido de competência parental e coparentalidade, bem como a parentalidade ao longo do ciclo vital da família (com foco na família em idade escolar) e os estudos prévios que estabelecem relações entre a coparentalidade e o sentido de competência parental. No segundo capítulo, é apresentado o método, que contém a descrição do presente estudo, incluindo variáveis, objetivos, hipóteses, procedimentos, caracterização da amostra, instrumentos utilizados e análises estatísticas realizadas. O terceiro capítulo é dedicado à apresentação dos resultados obtidos, surgindo a discussão dos mesmos no capítulo seguinte. Por fim, o quinto capítulo engloba as considerações finais, em que são definidas as limitações do estudo, elaboradas sugestões para estudos futuros e refletida a pertinência dos resultados para a investigação científica.

# Capítulo 1. Enquadramento teórico

## 1.1. Parentalidade

Geralmente, quando falamos de parentalidade, referimo-nos aos pais biológicos, que transitam de um relacionamento diádico (entre si e o/a parceiro/a) para um relacionamento triádico, em que o/a filho/a surge como novo membro da família, trazendo novas funções e responsabilidades aos pais (Gage et al., 2006). No entanto, importa referir que a parentalidade pode ser exercida por figuras parentais não biológicas que estejam ativamente envolvidas no cuidado, controlo e desenvolvimento de uma criança, pelo que podemos definir parentalidade como o relacionamento, processo e grupo de tarefas/funções realizadas pelas figuras parentais relativamente às suas crianças (Hoghughy & Speight, 1998).

Habitualmente, o sistema familiar é visto como o ambiente de vida central das crianças, tendo uma grande influência no seu desenvolvimento (Nicolaus et al., 2021). Além das funções parentais envolvendo os cuidados físicos, a nutrição, a proteção, a educação e a socialização, é importante que os pais não descurem as necessidades emocionais dos seus filhos e que permitam a existência de um ambiente emocionalmente seguro que os impulse a explorar o mundo e, deste modo, a tornarem-se adultos competentes e realizados (Augustin & Frizzo, 2015; Hoghughy & Speight, 1998). Assim, devem estar presentes: 1) amor, cuidado e compromisso, refletindo-se em demonstrações de amor incondicional e vinculações seguras; 2) controlo e limites consistentes e racionais, que preparem a criança para as suas relações com o mundo exterior; e 3) facilitação do desenvolvimento, promovendo o seu bem-estar para que esta atinja todo o seu potencial em diferentes áreas de funcionamento, como o físico, intelectual, moral, estético e espiritual (Hoghughy & Speight, 1998).

Apesar de a família ser um dos sistemas que, habitualmente, mais oferece recursos fundamentais para que a criança se desenvolva de uma forma saudável, também representa uma potencial origem de fatores de risco para o desenvolvimento infantil, que se podem encontrar alicerçados neste mesmo ambiente emocional em que as interações mãe/pai-criança ocorrem (Nicolaus et al., 2021). Este ambiente pode ser classificado tendo em conta os seguintes quatro estilos parentais, definidos a partir do comprometimento e equilíbrio dos pais em termos de capacidade de resposta e exigência para com os filhos: democrático, autoritário, permissivo e negligente (Lin et al., 2023; Park & Walton-Moss, 2012).

Mais especificamente, pode considerar-se como pais democráticos aqueles que, normalmente, são responsivos e exigentes, promovendo a autonomia das crianças com base na racionalidade, no afeto e no encorajamento, ao mesmo tempo que estabelecem

regras claras e apropriadas; pais autoritários, por sua vez, apresentam um desequilíbrio entre as duas dimensões, sendo muito mais exigentes e controladores e servindo-se frequentemente de estratégias punitivas para modelar o comportamento dos filhos, do que responsivos, afetuosos e tolerantes; pais permissivos são altamente responsivos, aceitando e promovendo a autonomia das crianças, apesar de pouco exigentes, impondo limites insuficientes ao seu comportamento; já os pais negligentes demonstram baixos níveis de exigência e de responsividade emocional (Agbaria, 2022; Lin et al., 2023; Sabat et al., 2021).

Apesar de haver alguma inconsistência na literatura, esta demonstra que os estilos parentais exercem efeitos diferenciados nas crianças. O estilo democrático surge como o mais favorável, relacionando-se significativamente e negativamente com problemas comportamentais internalizantes e externalizantes e, por outro lado, positivamente a aspectos favoráveis do desenvolvimento infantil, como competência psicossocial (e.g., resiliência, otimismo, autoconfiança, autoestima) e realização acadêmica. O estilo autoritário, por sua vez, revela resultados inconsistentes, havendo alguns estudos que relatam uma relação positiva com comportamentos desafiadores em crianças, despersonalização, agressividade e ansiedade, enquanto outros não encontram tal associação e outros ainda encontram associações negativas, especialmente em sociedades não ocidentais. O mesmo acontece com o estilo parental permissivo, sendo que alguns estudos relatam efeitos negativos associados a problemas comportamentais internalizantes (e.g., ansiedade, depressão, queixas somáticas) e externalizantes (e.g., delinquência), enquanto outros demonstram efeitos positivos associados a autoconfiança, habilidades sociais e estratégias de *coping* ativas. O estilo parental negligente é aquele que parece produzir os efeitos mais negativos, podendo influenciar, mais tarde, a capacidade da criança de formar vínculos, de se autorregular e responsabilizar, contribuindo também para o desenvolvimento de comportamento antissocial, ansiedade, depressão e queixas somáticas (Agbaria, 2022; Kuppens & Ceulemans, 2019).

Ao mesmo tempo que as atitudes e o afeto parental exercem o seu efeito no desenvolvimento infantil, as exigências, os comportamentos e as características específicas de cada criança também influenciam o modo como os pais desempenham os papéis parentais, pelo que se encontra presente uma relação bidirecional que não pode ser negligenciada ao estudar as interações pais-criança (Heath et al., 2020; Martins et al., 2022). Além disso, o modo como a mãe e o pai interagem relativamente às práticas, funções e expectativas referentes à parentalidade conjunta, ou seja, à coparentalidade, também parece, segundo a literatura, exercer influência no desenvolvimento da

criança, bem como na forma como os pais percebem as suas práticas parentais (Portes & Vieira, 2020).

## **1.2. Sentido de competência parental**

O sentido de competência parental é uma das dimensões mais relevantes para compreender a dinâmica e os processos que ocorrem no sistema familiar, podendo ser caracterizada como um constructo cognitivo e emocional que reflete não as reais habilidades dos pais, mas as representações que estes constroem da sua competência. Estas representações podem englobar os julgamentos, crenças e expectativas que têm sobre as suas habilidades para realizar tarefas relacionadas com a maternidade ou paternidade, as crenças sobre as suas capacidades para influenciar de forma positiva o desenvolvimento dos filhos e a satisfação quanto ao papel parental (Jhang, 2022; Koliouli et al., 2022; Nunes & Ayala-Nunes, 2017).

Um sentido de competência parental positivo facilita o cumprimento das funções inerentes à parentalidade e dá aos pais uma maior sensação de controlo através de uma postura ativa nos cuidados à criança o que, por sua vez, influencia positivamente a saúde e o desenvolvimento das crianças (Koliouli et al., 2022; Vance & Brandon, 2017). Além disso, promove as interações afetuosas e calorosas entre pais e filhos, a expressão emocional, a escuta, a comunicação e o fornecimento de apoio. Por outro lado, pais com um sentido de competência parental baixo tendem a envolver-se em práticas parentais menos adequadas, evitando interagir com os seus filhos e lidar com problemas de comportamento, o que se associa a uma maior frequência de comportamentos antissociais nas crianças, dificuldades na regulação emocional, rejeição pelos pares e habilidades cognitivas mais pobres (Jiménez-Morago et al., 2018; Yan & Hou, 2023).

Apesar da sua importância no estudo do sistema e das dinâmicas familiares, ainda não se sabe o suficiente sobre os seus mecanismos subjacentes, mas, de forma geral, supõe-se que o percurso desenvolvimental dos pais desempenhe um papel fundamental na formação de crenças e expectativas sobre a parentalidade, visto que, de acordo com a Teoria do Apego de John Bowlby, as primeiras experiências com pessoas significativas são internalizadas e formam modelos que moldam os comportamentos dos indivíduos (Handelzalts et al., 2021). Outros fatores que poderão influenciar o sentido de competência parental envolvem a qualidade de vida, o ambiente familiar, crenças específicas dos pais sobre a educação dos filhos, a dinâmica e o funcionamento quotidiano tanto da vida familiar quanto da relação parental, bem como o comportamento das crianças, sendo que vários estudos demonstram que problemas comportamentais em crianças dificultam o desenvolvimento de um sentimento de autoeficácia parental (Jiménez-Morago et al., 2018).

Habitualmente, o sentido de competência parental é operacionalizado com base no sentimento de autoeficácia parental e na satisfação parental (Seabra-Santos et al., 2015). Ambas as dimensões serão abordadas de seguida.

### **1.2.1. Autoeficácia parental**

O conceito de autoeficácia, cunhado por Albert Bandura em 1977, reflete a crença de um indivíduo na sua capacidade de executar determinada tarefa com sucesso (Wittkowski et al., 2017). Envolve um mecanismo complexo de autopersuasão que se baseia no processamento cognitivo de diferentes fontes de informação relativas à eficácia (Schwarzer, 2014): 1) história de realizações pessoais do indivíduo, composta por sucessos e insucessos; 2) aprendizagem vicariante, através da observação de outros durante a implementação de determinadas habilidades; 3) persuasão verbal, ou seja, o *feedback* verbal dado por outras pessoas sobre o desempenho do indivíduo (e.g., encorajamento ou elogio associados a uma autoeficácia mais elevada, ao contrário da crítica); e 4) estados fisiológicos e emocionais, em que o medo ou a vergonha se relacionam com expectativas de insucesso, ao contrários da calma (Wittkowski et al., 2017; Coleman & Karraker, 1998).

As crenças de autoeficácia atuam sobre o funcionamento humano através de processos motivacionais, cognitivos e afetivos, moldando as suas ações, trajetórias de desenvolvimento e seleção de atividades e ambientes (Schwarzer, 2014), de forma a exercer controlo sobre determinado evento (Coleman & Karraker, 1998). Assim, o nível de autoeficácia pode influenciar o modo como o indivíduo se comporta, bem como a quantidade de esforço e de tempo que investe, apesar de possíveis obstáculos e experiências aversivas (Wittkowski et al., 2017).

Em níveis mais elevados, prevê competências perante as demandas, facilita a perseverança e a conceptualização de situações difíceis como desafios e atenua a excitação emocional negativa face ao stresse; quando se manifesta em níveis baixos, surge associada a uma menor qualidade de vida, dúvidas, ansiedade face à adversidade, fadiga, culpabilidade, evitamento de tarefas consideradas difíceis e a uma interpretação dos desafios como ameaças (de Lima & de Souza, 2021; Weaver et al., 2008).

Já o conceito de autoeficácia parental consiste numa subcategoria da autoeficácia, que engloba as crenças e julgamentos do pai/mãe/cuidador sobre as suas capacidades para organizar e executar um conjunto de tarefas relacionadas à educação dos filhos (Fang et al., 2021). Engloba o conhecimento específico relacionado com a parentalidade, determinado nível de confiança na realização do papel parental, organização quanto às tarefas a desempenhar e impactos positivos no desenvolvimento dos filhos (Kim, 2022). De um modo geral, ela constrói-se a partir de múltiplas fontes,

inclusive as experiências diretas dos pais com os/as filhos/as e a natureza dos contextos ecológicos nos quais a experiência parental ocorre. O modo como as experiências influenciam a autoeficácia parental torna-se particularmente notório quando atentamos às investigações que relatam que pais com vários/as filhos/as revelam uma maior autoeficácia do que pais que têm apenas um/a filho/a (Crnic & Ross, 2017).

É possível distinguir três níveis de autoeficácia parental: a autoeficácia parental geral, referente às percepções dos pais sobre a sua capacidade geral de se comportarem de acordo com o que é esperado desse papel, sem ter em consideração tarefas específicas ou a fase de desenvolvimento da criança; a autoeficácia parental de domínio restrito, focada na percepção de competência num domínio específico da parentalidade, como o envolvimento nas atividades escolares do/a seu/sua filho/a; e, finalmente, a autoeficácia parental relativa a tarefas específicas, que diz respeito à confiança que os pais têm sobre um conjunto particular de tarefas parentais (e.g., amamentação, colo, banho) (Fang et al., 2021).

Partindo destes contributos teóricos sobre o constructo, é expectável que a autoeficácia parental seja um atributo importante na parentalidade e nos efeitos desta nas crianças (Crnic & Ross, 2017). De acordo com a literatura, níveis mais elevados de autoeficácia parental estão positivamente associados à satisfação parental e a um ambiente familiar mais adaptativo quanto à educação dos filhos, o que, por sua vez, está relacionado com um melhor ajustamento e maior bem-estar social, emocional, académico e psicológico nas crianças (Coleman & Karraker, 1998; Jones & Prinz, 2005; Seabra-Santos et al., 2015; Wittkowsi et al., 2017). Adicionalmente, tem sido demonstrado que uma autoeficácia parental positiva favorece um ambiente de aprendizagem familiar e atenua significativamente a ansiedade, sintomas depressivos e stresse parental, facilitando também o sucesso na abordagem de problemas comportamentais dos filhos (Cotrim & Neto, 2021; Weaver et al., 2008).

Por outro lado, níveis baixos de autoeficácia parental têm sido associados a níveis mais elevados de comportamentos disruptivos nas crianças (Weaver et al., 2008), sendo também sugerida uma relação indireta com maus-tratos infantis (Nunes & Ayala-Nunes, 2017). Al-Hakim (2015, citado em Indrasari & Dewi, 2017) sugere que a principal razão para estes efeitos poderá estar relacionada com a possibilidade de os pais se considerarem um fracasso quando os filhos cometem um erro, o que poderia levar a sentimentos de raiva e a outras ações abusivas contra as crianças. Em contrapartida, pais com elevada autoeficácia parental perceberiam os problemas parentais como desafios, em vez de ameaças (Indrasari & Dewi, 2017).

Relativamente a variáveis sociodemográficas, a literatura indica que à medida que a idade dos filhos aumenta, o sentimento de competência dos pais decresce

(principalmente na fase da adolescência) (Crnic & Ross, 2017; Pardo et al., 2018), e que os pais de meninas se sentem mais eficazes no seu papel parental do que os pais de meninos, o que pode estar relacionado com o facto de os meninos tenderem a ser percecionados por pais e professores como tendo mais comportamentos problemáticos do que as meninas (Herrera & Little, 2005; Ohan et al., 2000).

Além disso, as mães tendem a apresentar uma autoeficácia parental mais elevada do que os pais (Gilmore & Cuskelly, 2008; Rogers & Matthews, 2004). Isto pode advir do facto de habitualmente serem as mães a assumir o papel primordial no cuidado das crianças, nas tarefas parentais mais exigentes e nas responsabilidades domésticas em geral, o que lhes fornece uma maior familiaridade e experiências de sucesso neste campo. Contudo, investigações mais recentes mostram uma tendência para a diminuição destas diferenças associadas ao género (Oyarzún-Farías et al., 2021).

Estes são dados importantes, visto que a literatura revela que a autoeficácia parental representa uma variável forte para a explicação de uma porção significativa da variância observada na parentalidade, habilidades e satisfação (Coleman & Karraker, 1998).

### **1.2.2. Satisfação parental**

A satisfação parental envolve as atitudes parentais relativamente aos filhos, a natureza do relacionamento que é estabelecido com eles e as atitudes quanto às responsabilidades inerentes à parentalidade (Nunes & Ayala-Nunes, 2017). Este constructo está intimamente interligado com a autoeficácia parental (Christie et al., 2019), visto que é difícil obter proficiência em tarefas e papéis nos quais a gratificação intrínseca é menor. De forma inversa, também é improvável que tarefas para as quais não há um grau mínimo de experiência sejam sentidas como prazerosas (Coleman & Karraker, 1998). Contudo, a literatura tem demonstrado que, de forma geral, os níveis de satisfação costumam ser mais elevados do que os de eficácia (Pardo et al., 2018).

A satisfação relativamente ao “ser-se mãe” ou “ser-se pai” tem sido associada a um sentido de propósito ou de significado, bem como à alegria de se desfrutar de um relacionamento duradouro marcado por interação mútua, afeto e intimidade (Harding et al., 2020). Todavia, a parentalidade é complexa e requer aos pais que apliquem múltiplas habilidades de forma competente para cobrir as necessidades das crianças e que respondam a diferentes exigências e desafios (Padilla et al., 2010) o que, em conjunto com outros fatores (e.g., trabalho, nível socioeconómico, relação conjugal) pode contribuir para um aumento excessivo do stresse parental, caracterizado como uma reação psicológica aversiva quanto a este papel (Christie et al., 2019).

Enquanto níveis mais elevados de satisfação parental se encontram relacionados com uma maior utilização de práticas educativas positivas e com um menor uso de práticas educativas negativas (Seabra-Santos et al., 2015), níveis mais elevados de stresse parental estão relacionados com níveis menores de afeto, cooperação e comunicação nas relações entre pais e filhos, maior sensibilidade e estilos parentais intrusivos (Padilla et al., 2010). Estes resultados podem ajudar a compreender a razão por que a insatisfação parental se parece associar a problemas internalizantes e externalizantes em crianças (Nunes & Ayala-Nunes, 2017), influenciando o seu ajustamento emocional, social e académico (Habibi et al., 2019).

Há diversos fatores que podem influenciar a satisfação parental, como o sexo da criança e do progenitor/cuidador em questão, o temperamento da criança e dos pais, a articulação entre o trabalho e a família, o ajustamento conjugal, o estatuto socioeconómico, nível de educação dos pais, a cooperação e conflito coparental, o reenquadramento da rotina familiar e social e/ou a existência ou inexistência de uma rede de apoio social ou familiar, entre outros (Habibi et al., 2019; Oyarzún-Farías et al., 2021; Peltz et al., 2018). Quando a articulação entre estes fatores não é bem conseguida e o seu impacto é sentido como excedendo os recursos psicológicos, emocionais ou físicos disponíveis para cumprir satisfatoriamente o papel parental, o stresse tem tendência a elevar-se, reduzindo a satisfação a vários níveis (Gómez-Ortiz et al., 2022; Oyarzún-Farías et al., 2021).

Já no que diz respeito a dimensões de ordem sociodemográfica, observa-se que a satisfação no desempenho das tarefas parentais se correlaciona positivamente com o nível educacional dos pais (Pardo et al., 2018; Rogers & Matthews, 2004). Já quanto às diferenças entre mães e pais, é importante clarificar que os estudos desenvolvidos se relacionam com os papéis tradicionais esperados para homens e mulheres (Gómez-Ortiz et al., 2022). Embora esta perspetiva e expectativas comecem a ser socialmente desconstruídas, o ideal da maternidade intensiva continua prevalente, encorajando as mães a investir muito das suas vidas e dos seus recursos emocionais na educação e cuidados das crianças, ao mesmo tempo que relegam as suas próprias necessidades para segundo lugar. Já os homens/pais tendem a ser socializados desde crianças a focarem-se no desenvolvimento de objetivos externos ao ambiente familiar (Gómez-Ortiz et al., 2022). Assim, as mulheres podem ter construído uma perceção de maiores exigências que recaem sobre elas no que diz respeito à parentalidade, o que se evidencia por maiores níveis de stresse parental (Gómez-Ortiz et al., 2022), enquanto os pais tendem a revelar resultados mais elevados de satisfação (Augustin & Frizzo, 2015; Pardo et al., 2018).

### 1.3. Coparentalidade

A coparentalidade diz respeito ao modo como a díade parental se coordena e relaciona quanto às perspectivas individuais e divergências relacionadas à educação dos filhos (Jhang, 2022; Lux et al., 2022), englobando negociação de funções, responsabilidades e respetivas contribuições (Camisasca et al., 2019). Isto não implica, contudo, que os papéis parentais sejam igualmente divididos em termos de autoridade e responsabilidade. O grau de igualdade da relação coparental será acordado pelos membros da díade parental, recebendo também influências do contexto sociocultural (Augustin & Frizzo, 2015; Jhang, 2022) e ecológico em que se inserem e tendo em consideração o período desenvolvimental da criança, o próprio sistema familiar e as condições económicas e sociais. Desta forma, a coparentalidade assume uma dimensão sistémica e triádica entre pai-mãe-filho/a (Lamela et al., 2010).

Conceptualmente, e apesar de relacionados, o constructo de coparentalidade difere do de parentalidade e de relação conjugal. Difere do constructo de parentalidade por se referir à coordenação da parentalidade por parte de ambos os pais e não apenas de um só, e ao de relação conjugal por não incluir outros aspetos e facetas da relação que não envolvam a educação dos filhos (e.g., românticos, sexuais) (Augustin & Frizzo, 2015; Jhang, 2022). No entanto, estudos revelam que a coparentalidade funciona como um melhor preditor das práticas parentais, da relação progenitor-criança, do ajustamento infantil (Pedro & Ribeiro, 2015) e da autoeficácia parental (Jhang, 2022), através do seu efeito mediador entre a relação conjugal e as relações mãe/pai-filho (Lamela et al., 2010). Por outro lado, a relação conjugal e a parentalidade também exercem os seus efeitos na coparentalidade, devido à associação que existe entre os três constructos (Jhang, 2022).

Segundo Feinberg (2003), a dinâmica existente entre os pais pode ser dividida em quatro componentes básicas, que não existem necessariamente em níveis iguais ou adequados nas famílias, visto serem parcialmente distintas: 1) acordo *versus* desacordo quanto à educação dos filhos, envolvendo valores morais, expectativas comportamentais, prioridades educacionais, segurança e necessidades emocionais da criança; 2) divisão do trabalho parental, relacionada à divisão de tarefas, manutenção da casa e responsabilidades relativas às rotinas diárias da criança e a questões legais, médicas e financeiras; 3) apoio *versus* depreciação do papel coparental, ou seja, o nível de apoio das decisões e autoridade parental do parceiro e valorização das suas competências e contribuições, em oposição à depreciação, crítica, competitividade, culpabilização e menosprezo das funções parentais; e 4) gestão conjunta das interações familiares, caracterizada pelo controlo dos pais sobre os seus comportamentos e comunicação com o outro, bem como pelo estabelecimento de limites sobre aspetos do

seu relacionamento, excluindo ou expondo excessivamente os filhos aos seus conflitos, e pela contribuição para a existência de interações familiares equilibradas.

Quando os pais negociam os seus papéis na educação dos filhos, o apoio verbal e encorajamento do parceiro podem ajudar a fortalecer uma crença positiva quanto ao próprio papel parental, em oposição à crítica destrutiva (Jhang, 2022). Nesse sentido, uma coparentalidade positiva e cooperativa, que envolva valores partilhados quanto à educação dos filhos e interações de qualidade entre os pais e entre estes e as crianças (e.g., comunicação regular e calorosa) tem sido positivamente associada a melhores competências sociais nas crianças por volta dos quatro anos de idade (Lamela et al., 2010; Latham et al., 2016), autorregulação, segurança emocional, inibição comportamental, apego, estabilidade relacional (Camisasca et al., 2019), ajustamento escolar e autoeficácia (Jhang, 2022).

Em contrapartida, uma coparentalidade conflituosa, em que predomina uma comunicação com elevados níveis de conflito, hostilidade, criticismo e competição (Lamela et al., 2010) tem sido associada a problemas de comportamento internalizante (e.g., baixa autoestima e ansiedade) e externalizante (e.g., birras e problemas de conduta) nas crianças (Latham et al., 2016; Lux et al., 2022; Jhang, 2022), problemas emocionais, vinculação insegura com os pais e dificuldades sociais (Camisasca et al., 2019). Isto pode acontecer devido ao facto de o conflito interparental hostil poder provocar respostas emocionais agudas (e.g., ansiedade) em crianças pequenas, prejudicando a sua capacidade para responder adequadamente a determinados estímulos ambientais e/ou pelo facto de os pais envolvidos em conflitos hostis serem incapazes de tranquilizar os seus filhos, impossibilitando-os de experimentar e gerir as próprias emoções (Feinberg, 2003).

Também importa descrever o conceito de triangulação, que representa uma distorção das fronteiras entre os subsistemas parental e pai/mãe-filho/a, onde um dos pais estabelece uma coalisão intergeracional com a criança, excluindo ou enfraquecendo a outra figura parental de forma a aliviar ou a evitar a tensão entre o casal (Pedro & Ribeiro, 2015; Van Petegem et al., 2020). Assim, a criança é inserida no conflito interparental e pressionada a aliar-se a um dos pais contra o outro, servindo de confidente e/ou transmitindo mensagens entre as figuras parentais (Pedro & Ribeiro, 2015). Outra forma de a triangulação se manifestar envolve o foco excessivo nos problemas exibidos pela criança (sem tomar em consideração o modo como a coparentalidade poderá estar a exercer influência), de modo a evitar enfrentar e lidar com os problemas da relação parental (Van Petegem et al., 2020). Na maioria dos casos, as coligações deformam os comportamentos coparentais, sendo que o progenitor excluído manifesta dificuldades em colocar em prática os seus princípios educativos,

uma vez que o/a parceiro/a participa e incentiva o desrespeito pela sua autoridade por parte do/a filho/a (Lamela et al., 2010).

De acordo com a literatura, este fenómeno tanto é problemático para o casal, dificultando a resolução da hostilidade e dos conflitos, quanto para a criança, visto que a longo prazo o sistema familiar continua a precisar desta para manter a sua homeostase, levando-a a ter de negociar com os pais e a gerir lealdades incompatíveis, o que pode contribuir para o desajustamento emocional e problemas de internalização e de externalização (Machado & Mosmann, 2020; Pedro & Ribeiro, 2015; Van Petegem et al., 2020).

Outros fatores que podem influenciar a coordenação da coparentalidade envolvem as características das crianças (e.g., temperamento, idade, sexo) e dos pais (e.g., expectativas de papéis de género e saúde mental e emocional) (Feinberg, 2003).

Quando as crianças possuem um temperamento mais difícil, há uma maior probabilidade de os pais manifestarem níveis mais elevados de conflito na relação coparental, embora se espere que a coparentalidade medie, em parte, a influência negativa do temperamento da criança (Feinberg, 2003). No que diz respeito ao sexo dos filhos, alguns estudos, como o de McKinney e Renk (2008, citado em Esteves, 2010), constataram que os pais e as mães apresentavam estilos parentais diferentes na interação com rapazes e raparigas, havendo a perceção, por parte dos rapazes, de serem alvo de uma parentalidade mais permissiva em comparação com as raparigas.

Quanto às características dos pais, quando está presente sintomatologia depressiva ou hostilidade, pode haver um condicionamento nas suas capacidades para expressar apoio emocional positivo, envolverem-se na resolução das diferenças e expectativas quanto ao modo como educar os filhos e evitarem a exposição das crianças à hostilidade interparental (Feinberg, 2003). Por outro lado, quando os pais são mais flexíveis e possuem maior autocontrolo, parecem ter interações coparentais mais harmoniosas, cooperativas, calorosas e centradas nos filhos (Augustin & Frizzo, 2015).

Além disso, parece haver diferenças relacionadas às expectativas de género, sendo que as críticas das mães relativamente à competência e envolvimento dos pais parecem ter uma influência importante na perceção destes sobre as suas capacidades e sobre a relação coparental, o que, de um modo geral, não parece ocorrer com a autoperceção materna. Um aspeto que as mães tendem a valorizar mais do que os pais diz respeito à relação conjugal. Já a habilidade de comunicação do pai e as suas demonstrações de afeto e apoio constituem preditores importantes para ambos de uma perceção positiva da relação coparental (Augustin & Frizzo, 2015).

## **1.4. A parentalidade ao longo do ciclo vital**

O ciclo vital da família corresponde ao percurso desenvolvimental que a família percorre, representando um esquema sequencial de transformações – crises evolutivas – organizadas em etapas. Cada etapa é caracterizada por tarefas e problemas específicos que implicam que a família se transforme e se ajuste para os resolver no sentido de garantir o seu bem-estar e o crescimento biopsicossocial dos seus membros (Duque, 2009). Essa resolução nunca é total, havendo diferentes graus de sucesso. No entanto, quando a família não consegue efetuar as mudanças necessárias, fica presa a padrões de funcionamento rígidos e a etapas ou fases de transição anteriores, que a impedem de retomar o seu processo normal de desenvolvimento (Martins, 2018).

Barnhill e Longo (1978) adaptaram um modelo formulado por Duvall, que distingue nove etapas do ciclo vital baseadas no número de membros, composição etária da família e situação profissional do pai: 1) fundação (casal recém-casado, sem filhos); 2) novos pais (criança com menos de 3 anos); 3) família em idade pré-escolar (criança entre os 3 e os 6 anos); 4) família em idade escolar (criança entre os 6 e os 12 anos); 5) família com adolescentes (filho mais velho entre os 12 e os 16 anos); 6) família com jovens adultos (filho entre os 16 e os 20 anos, até à sua saída de casa); 7) família como centro de lançamento (desde a saída de casa do filho mais velho até à do mais novo); 8) família na meia-idade (desde a saída de casa do último filho até à reforma do pai); e 9) família em envelhecimento (período após a reforma do pai). Na presente dissertação, será dado um maior foco à quarta etapa – família em idade escolar –, visto tratar-se do tipo de família que o estudo analisa.

Quando as crianças atingem a idade escolar, inicia-se uma crescente individuação, em que a criança se afasta progressivamente dos pais, gerando potenciais conflitos e sentimentos de perda (Meier et al., 2018). Este “afastamento”, frequentemente, vem acompanhado de menores demonstrações abertas de afeto e parece ser mais notório quando os pais possuem níveis de escolaridade mais baixos (Collins et al., 2002). Além disso, no início desta fase, as crianças passam por rápidas alterações psicossociais, afetivas e comportamentais, desenvolvendo a capacidade de compreender ideias mais complexas, aumentando a dependência relativamente aos pares, adquirindo noções preliminares sobre a identidade pessoal (decorrentes do aumento da consciência de futuros papéis sociais), entre outros (Lau et al., 2012).

Como consequência, surge a necessidade de os pais se reorganizarem no exercício da coparentalidade, adaptando expectativas, regras e interações consoante as novas necessidades, habilidades e responsabilidades das crianças (e.g., elaborando mais as explicações, fazendo uso da negociação, partilhando tomadas de decisão) (Augustin & Frizzo, 2015). Adicionalmente, os pais têm ainda de gerir a sua influência e autoridade com colegas, professores e outros, ao mesmo tempo que veem revelados novos aspetos

do funcionamento familiar (Augustin & Frizzo, 2015; Meier et al., 2018) e introduzidas mudanças no sistema através da criança, que assimila informação a partir de diferentes contextos e experiências e as introduz na família (September et al., 2015).

Na segunda fase da idade escolar surgem outros desafios, como o início da puberdade, acompanhada de alterações físicas e ao nível do autoconceito, a inserção em escolas novas e maiores, com novas normas comportamentais, novos colegas (que podem exigir uma reorganização de redes de amizade anteriores) e diferentes hierarquias e professores, que exigem esforços académicos mais elevados (Bronstein et al., 1996). A juntar a essas mudanças, já por si exigentes e frequentemente sentidas como stressantes, aumenta a capacidade cognitiva, o crescimento do conhecimento, a vulnerabilidade ao stresse, a compreensão quanto aos papéis de género e a responsabilidade e consciência social (Bronstein et al., 1996; Collins et al., 2002).

As mudanças relativamente às competências cognitivas dos seus filhos, por exemplo, requerem alterações ao nível da parentalidade que vão desde o conteúdo das conversas, expectativas quanto à competência e autorregulação a estratégias de influência e controle, sendo necessárias explicações e justificações mais elaboradas e convincentes quanto aos seus comportamentos, de forma a obterem o mesmo grau de impacto (Collins et al., 2002). Já no que diz respeito às capacidades de autorregulação da criança, aumenta a responsabilidade dos pais de a expor a padrões de conduta e modelos de comportamentos socialmente adequados, fornecendo recompensas e punições de acordo com esses padrões e introduzindo discussões e raciocínios que evoquem princípios morais e que enfatizem as consequências das transgressões (Collins et al., 2002).

Já na fase da pré-adolescência, as crianças costumam relatar que os pais têm mais dificuldade em aceitá-las (Collins et al., 2002). Por sua vez, muitas vezes os pais ficam confusos com as rápidas mudanças que veem nos seus filhos, angustiados face ao seu mau humor ou rebeldia, magoados perante comportamentos que percebem como rejeições e preocupados quanto a comportamentos de risco (Luthar & Ciciolla, 2016).

Apesar de ainda existir pouca literatura sobre a forma como o bem-estar dos pais varia de acordo com a idade dos filhos, parecem haver resultados que sugerem que a relação pais-filhos exibe uma maior proximidade na primeira infância, apresentando níveis mais elevados de satisfação com a vida, autoestima e autoeficácia, e níveis mais baixos de ansiedade, stresse, depressão e sentimento de vazio. Mais tarde, por volta dos 5/6 anos, esta proximidade parece iniciar o seu declínio, que se acentua na adolescência (Meier et al., 2018).

Ainda que estes resultados possam parecer surpreendentes, visto que crianças pequenas trazem grandes desafios e um maior investimento de tempo e atenção que

podem limitar o autocuidado e lazer dos pais, poder acompanhar a forma como elas iniciam a sua interação com o mundo pode ser muito gratificante, pelo que os cuidados básicos que exigem – alimentação, banho, afeto – podem acabar por ser percebidos como menos exigentes do ponto de vista emocional (Meier et al., 2018).

Assim se entende que, à medida que a criança se desenvolve numa rede complexa de relações e contextos, são introduzidas mudanças na dinâmica familiar. Essas mudanças, bem como a forma como os pais e outras figuras reagem a elas, podem influenciar o próprio curso de desenvolvimento da criança (Dessen, 1997), pelo que se reforça a importância de adequar a parentalidade para que o ajustamento a esta nova realidade decorra da melhor forma, tanto para os pais quanto para as crianças, ajudando a prevenir problemas ao nível da autoestima, comportamento, desempenho académico, motivação, sentido de competência e interação com os pares (Bronstein et al., 1996).

## **1.5. Relação entre a coparentalidade e o sentido de competência parental**

As conexões entre a dinâmica coparental e o sentido de competência parental são complexas, havendo vários mecanismos que as medeiam e moderam e que requerem uma análise fundamentada em perspetivas multidimensionais sobre o funcionamento familiar (Crnic & Ross, 2017). Erel & Burman (1995, citado em Merrifield & Gamble, 2012), por exemplo, observaram que as qualidades positivas de um subsistema podem aliviar ou compensar o impacto de interações conflituosas ou de emoções negativas num segundo subsistema (e.g., relações entre o subsistema conjugal, parental e coparental), o que demonstra a complexidade inerente à investigação destas dinâmicas familiares e dos seus efeitos nas crianças e na própria família.

Indrasari e Dewi (2017) realizaram um estudo em que procuraram analisar se o envolvimento parental e a coparentalidade predizem a autoeficácia parental, tendo revelado resultados que mostram uma capacidade preditora significativa, especialmente da coparentalidade. Isto significa que altos níveis de envolvimento parental e que uma coparentalidade saudável podem impactar positivamente a autoeficácia parental, o que vai ao encontro das descobertas de Baker (2007), que demonstraram que níveis elevados de autoeficácia parental são indicativos de relações coparentais positivas e de uma menor frequência de conflito. Estes resultados também são congruentes com os argumentos de Bandura (1997) e Feinberg (2003), que postulam que a persuasão verbal, encorajamento e aprendizagem vicariante são as principais fontes para o desenvolvimento da autoeficácia. Assim, quando o/a

parceiro/a presta apoio verbal, ajuda na construção de um sentimento de autoeficácia mais forte. Já quando o/a parceiro/a se envolve em criticismo excessivo, exerce o efeito contrário (Jhang, 2022).

Merrifield e Gamble (2012) afirmam que a correlação entre a coparentalidade e a autoeficácia parental é atribuível às qualidades positivas da coparentalidade, como o apoio dado ao/à parceiro/a, especialmente quando se lida com situações adversas e dificuldades (e.g., conflitos no casamento). Isto significa que um indivíduo que recebe apoio do/a parceiro/a tende a ter uma crença mais forte na sua capacidade parental. No entanto, o impacto da coparentalidade também poderá ser determinado pela percepção dos pais sobre a qualidade do seu relacionamento conjugal, o que, por sua vez, influenciará a extensão do seu envolvimento na educação dos filhos (Indrasari e Dewi, 2017).

Resultados de estudos indicam que a satisfação conjugal, relatada por mães, se relaciona negativamente com os níveis de autoeficácia parental dos pais, havendo a possibilidade de os pais se esforçarem mais na relação pai-filho/a (numa tentativa vista como compensatória) quando as mães expressam menor satisfação com o casamento. Inversamente, quando as mães se sentem mais satisfeitas com a relação conjugal, os pais poderão sentir uma menor necessidade de investir na parentalidade, o que os torna menos confiantes nas suas capacidades parentais (Merrifield e Gamble, 2012)

No que diz respeito às associações entre a satisfação parental e a coparentalidade, estas podem assumir diversas formas, tanto positivas quanto negativas.

Ao mesmo tempo que uma baixa satisfação parental pode prejudicar a capacidade dos pais para cooperarem e trabalharem em conjunto (sendo este o fenómeno mais relatado), também é possível que atue como um motivador para procurar a ajuda e incentivo do/a parceiro/a a fim de construir uma estrutura parental mais consistente e coerente (Crnic & Ross, 2017). Outros dados relevantes na literatura revelaram que as percepções das mães de uma coparentalidade essencialmente baseada na cooperação estavam associadas a uma maior satisfação parental apenas quando a sua autoeficácia parental era baixa. Já os pais parecem demonstrar uma percepção de maior cooperação quando tanto a sua satisfação parental quanto a autoeficácia parental são mais elevadas (Crnic & Ross, 2017).

Estes resultados podem ser compreendidos à luz dos padrões de interação familiar tipificados em torno das expectativas de género, em que se observa, de modo geral, um menor envolvimento dos pais nos cuidados infantis do que as mães e, consequentemente, menores níveis de autoeficácia e de cooperação. Quando os pais se envolvem mais nesses cuidados, a autoeficácia e as atitudes cooperativas na relação coparental também tendem a aumentar (Kwan et al., 2015). Consequentemente, ao

sentirem o apoio do/a parceiro/a, a eficácia parental tende a fortalecer-se (Pinto et al., 2016). Por outro lado, quando a coparentalidade é envolta, principalmente, em críticas e conflito, há uma maior tendência a que surjam níveis mais elevados de stresse parental, que está associado a um menor envolvimento na relação pais-filhos/as e a uma menor capacidade de resposta por parte dos pais (Kanter & Proulx, 2019).

Estas descobertas demonstram as melhorias que a coparentalidade positiva exerce no ajustamento parental, eficácia e satisfação parental e, em contrapartida, os riscos da coparentalidade negativa nesses mesmos fenómenos (Kanter & Proulx, 2019).

## **Capítulo 2. Método**

### **2.1. O presente estudo**

O presente estudo enquadra-se no âmbito do projeto em Psicologia Clínica e da Saúde “Preditores psicossociais de ajustamento infantil e familiar”, desenvolvido pelas equipas de investigação da Universidade da Beira Interior e da Universidade dos Açores, em que se pretende analisar a relação entre um conjunto de variáveis de natureza psicossocial e de comportamento e ajustamento infantil, parental e familiar.

De acordo com a literatura mencionada nos capítulos anteriores, é possível verificar que a parentalidade saudável e a coesão familiar se revelam fundamentais para o desenvolvimento emocional e psicossocial das crianças. Assim, a coparentalidade e o sentido de competência parental emergem como um tema crucial para a investigação em psicologia.

No presente estudo, pretende-se analisar a relação entre a perceção do/a cônjuge no seu papel de pai/mãe (coparentalidade) e o sentido de competência parental, envolvendo famílias intactas e tradicionais com crianças em idade escolar, entre os 6 e os 12 anos. Espera-se que esta investigação forneça contribuições significativas do ponto de vista prático e teórico, que permitam uma compreensão mais holística sobre a dinâmica das relações parentais e o desenvolvimento de orientações e intervenções que promovam ambientes familiares mais estáveis e favoráveis ao crescimento saudável das crianças.

Deste modo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar e descrever a perceção da/o mãe/pai sobre a sua competência parental, envolvendo as dimensões Satisfação Parental e Eficácia Parental;
2. Analisar e descrever a sua perceção sobre as relações de coparentalidade, tendo em conta as dimensões Cooperação, Triangulação e Conflito;
3. Explorar a influência das variáveis sociodemográficas na Coparentalidade e Sentido de Competência Parental;
4. Analisar a relação entre a Coparentalidade e o Sentido de Competência Parental;
5. Determinar em que medida a dinâmica da Coparentalidade é uma preditora do Sentido de Competência Parental.

De acordo com estes objetivos, espera-se que haja uma associação significativa entre a coparentalidade e o sentido de competência parental, bem como um efeito preditor revelante exercido pelas dimensões da coparentalidade nas dimensões do

sentido de competência parental, tendo sido formuladas as seguintes hipóteses, considerando as várias dimensões das variáveis de estudo:

- *Hipótese 1:* A Cooperação na coparentalidade prediz positivamente a Satisfação Parental.
- *Hipótese 2:* A Cooperação na coparentalidade prediz positivamente a Eficácia Parental.
- *Hipótese 3:* O Conflito na coparentalidade prediz negativamente a Satisfação Parental.
- *Hipótese 4:* O Conflito na coparentalidade prediz negativamente a Eficácia Parental.
- *Hipótese 5:* A Triangulação na coparentalidade prediz negativamente a Satisfação Parental.
- *Hipótese 6:* A Triangulação na coparentalidade prediz negativamente a Eficácia Parental.

## **2.2. Tipo de investigação**

Este é um estudo de cariz quantitativo, em que se recorreu a dados numéricos e a técnicas estatísticas, não probabilístico de conveniência e de natureza descritiva e correlacional, procurando descrever os fenómenos e estabelecer e analisar as relações entre as variáveis em questão, sem manipulação das mesmas. Também é do tipo transversal, visto que os instrumentos foram aplicados apenas num único momento. A coparentalidade foi classificada como sendo a variável preditora, e o sentido de competência parental como sendo a variável critério.

## **2.3. Procedimentos**

O projeto de investigação em que se insere este estudo foi previamente submetido e aprovado pela Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior (CE-UBI-Pj-2021-053), tendo sido assegurado o cumprimento dos princípios éticos que regulam a investigação científica em Psicologia.

Depois de obtida a aprovação, foram realizados esforços para estabelecer contacto com diferentes instituições escolares do 1º e 2º ciclo, onde houvesse maior probabilidade de encontrar participantes que atendessem aos critérios de inclusão do estudo: ser mãe ou pai de uma criança com idade compreendida entre os 6 e os 12 anos, pertencer a famílias intactas (i.e., famílias em que os pais ainda se encontram juntos enquanto casal) e tradicionais (i.e., estruturadas em função do género masculino e

feminino) e ter aceite e assinado o documento de consentimento informado. No entanto, devido a restrições de recursos e disponibilidade, apenas foi possível recolher dados num único agrupamento escolar, enquanto outros protocolos foram recolhidos através de contactos informais pessoais.

No que diz respeito às instituições escolares, foi apresentado um pedido de autorização formal ao Diretor do agrupamento, em que foram explicados os objetivos do estudo e o modo como se iria proceder à recolha da amostra. De seguida, foram entregues nas respetivas instituições envelopes juntamente com o documento de apresentação do estudo (que incluía contactos das investigadoras para eventuais esclarecimentos de dúvidas), o consentimento informado (que salientava o carácter voluntário da participação, a disponibilização das respostas para fins de investigação e o anonimato) e os questionários a preencher, tendo sido solicitada a sua devolução no envelope fechado, de modo a preservar e garantir o anonimato e a confidencialidade das respostas.

Relativamente aos contactos informais e pessoais, os protocolos foram entregues em mão ou, em alguns casos, enviados por meio dos Correios (CTT), tendo o restante procedimento decorrido da mesma forma (apresentação do estudo e solicitação da entrega dos documentos em envelope fechado). De salientar que os participantes foram informados de que poderiam desistir a qualquer momento.

A recolha dos dados iniciou-se em dezembro de 2022 e terminou em fevereiro de 2023.

## **2.4. Caracterização da amostra**

Originalmente, a amostra era constituída por um total de 298 participantes.

No entanto, a fim de assegurar a qualidade e integridade dos dados obtidos, procedeu-se a uma etapa de seleção, pelo que participantes que apresentaram um número substancial de valores omissos (*missing values*) foram excluídos, de modo a evitar quaisquer efeitos adversos na análise subsequente. Também os critérios de inclusão pré-estabelecidos para a amostra foram aplicados de forma estrita, levando à exclusão daqueles que não satisfizeram esses parâmetros (serem pais/mães de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos e pertencerem a famílias intactas e tradicionais).

Além disso, participantes cujas respostas foram fornecidas por indivíduos que não eram os pais, como irmãos ou avós, também foram excluídos do conjunto de dados, de modo a assegurar que apenas eram analisadas as perspetivas dos indivíduos com funções parentais que se inserissem na relação coparental abrangente ao casal. Por fim, foram excluídos seis *outliers* severos, pelo que o processo de seleção resultou assim

numa amostra final de 240 participantes, residentes essencialmente dos distritos de Aveiro, Leiria, Guarda, Porto e Castelo Branco.

Como se pode observar na Tabela 1, a maioria dos protocolos teve como respondente a mãe da criança, mais especificamente 210 mulheres (87.5%). Já 26 protocolos foram respondidos pelo pai (10.8%) e 4 por ambos (1.7%), ou seja, tanto pela mãe quanto pelo pai. Devido à disparidade na distribuição de géneros na amostra, optou-se por não efetuar análises estatísticas que comparassem os resultados dos grupos em função do respondente (mãe ou pai).

Quanto à idade, os participantes relataram tanto a sua quanto a do/a seu/sua parceiro/a, sendo que, de modo geral, apresentam idades compreendidas entre os 27 e os 61 anos. Quando analisada de forma separada em função do género, a idade média das mulheres é de 40.48 anos ( $DP = 5.14$ ), tendo a mais nova 28 anos e a mais velha 52, e a dos homens é de 42.63 anos ( $DP = 5.75$ ), com um mínimo de 27 anos e um máximo de 61. Com o intuito de facilitar a compreensão das características dos participantes, foram criadas classes etárias divididas da seguinte forma: dos 25 aos 34 anos; dos 35 aos 44 anos; dos 45 aos 54 anos; e dos 55 aos 64 anos. A maioria dos participantes situa-se entre os 35 e os 44 anos.

Relativamente à escolaridade, também foram criadas algumas categorias: até ao 9º ano; até ao 12º ano; e Ensino Superior. Observa-se que 42.5% das mães terminou o Ensino Superior, enquanto 40% dos pais concluiu a escolaridade apenas até ao 9º ano.

No que diz respeito à situação profissional/ocupacional atual, a maior parte dos pais (97.9%) e mães (88.8%) são profissionalmente ativos/as, e a maioria dos participantes considera o seu nível socioeconómico familiar como médio (55.4%).

**Tabela 1**

*Dados sociodemográficos dos pais*

		<i>n</i>	%
<b>Respondente</b>	Mãe	210	87.5
	Pai	26	10.8
	Misto	4	1.7
<b>Idade da mãe</b>	Dos 25 aos 34 anos	28	11.7
	Dos 35 aos 44 anos	151	62.9
	Dos 45 aos 54 anos	59	24.6
	<i>Missing values</i>	2	0.8
		<i>M=40.48</i>	<i>DP=5.14</i>
<b>Idade do pai</b>	Dos 25 aos 34 anos	14	5.8
	Dos 35 aos 44 anos	137	57.1
	Dos 45 aos 54 anos	82	34.2

	Dos 55 aos 64 anos	5	2.1
	<i>Missing values</i>	2	0.8
		<i>M=42.63</i>	<i>DP=5.75</i>
<b>Escolaridade da mãe</b>	Até ao 9 <sup>o</sup> ano	49	20.4
	Até ao 12 <sup>o</sup> ano	83	34.6
	Ensino Superior	102	42.5
	<i>Missing values</i>	6	2.5
<b>Escolaridade do pai</b>	Até ao 9 <sup>o</sup> ano	96	40.0
	Até ao 12 <sup>o</sup> ano	84	35
	Ensino Superior	52	21.7
	<i>Missing values</i>	8	3.3
<b>Situação profissional da mãe</b>	Profissionalmente ativo/a	213	88.8
	Reformado/a	1	0.4
	Dono/a de casa	14	5.8
	Procura de trabalho	8	3.3
	Outra situação	4	1.7
<b>Situação profissional do pai</b>	Profissionalmente ativo/a	235	97.9
	Reformado/a	0	0
	Dono/a de casa	0	0
	Procura de trabalho	3	1.3
	Outra situação	2	0.8
<b>Nível socioeconómico</b>	Baixo	18	7.5
	Médio baixo	77	32.1
	Médio	133	55.4
	Médio alto	11	4.6
	Alto	0	0
	<i>Missing values</i>	1	0.4

No que se refere às crianças, e tal como demonstrado na Tabela 2, observa-se uma distribuição equilibrada entre o sexo feminino e masculino, havendo 52.1% de crianças do sexo feminino e 47.9% do sexo masculino. Relativamente à idade, que varia entre os 6 e os 12 anos, a média situa-se nos 8.41 anos ( $DP=1.63$ ). A maioria das crianças frequenta o 4<sup>o</sup> ano (24.2%), reside com a mãe, pai e irmãos (71.3%) e é mais comum que tenham apenas um irmão ou irmã (58.3%).

## **Tabela 2**

*Dados sociodemográficos das crianças*

	<b>Variáveis</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Sexo</b>	Feminino	125	52.1
	Masculino	115	47.9
<b>Idade</b>	6	34	14.2
	7	47	19.6
	8	42	17.5
	9	59	24.6
	10	26	10.8
	11	25	10.4
	12	7	2.9
		<i>M=8.41</i>	<i>DP=1.63</i>
<b>Ano de escolaridade</b>	1º ano	44	18.3
	2º ano	44	18.3
	3º ano	34	14.2
	4º ano	58	24.2
	5º ano	28	11.7
	6º ano	21	8.8
	7º ano	1	0.4
	<i>Missing values</i>	10	4.2
<b>Com quem reside</b>	Mãe e pai	62	25.8
	Mãe, pai e irmãos	171	71.3
	Outro	7	2.9
<b>Número de irmãos</b>	0	56	23.3
	1	140	58.3
	2	35	14.6
	3	6	2.5
	4	2	0.8
	<i>Missing values</i>	1	0.4

## 2.5. Instrumentos

Foram utilizados três instrumentos para recolher os dados necessários para analisar as variáveis em estudo, nomeadamente o Questionário Sociodemográfico e de Informação Familiar, construído para o projeto em questão, e as versões portuguesas do *Parenting Sense of Competence* (PSOC, Johnston & Mash, 1989; ESCP, Seabra-Santos & Pimentel, 2007) e do *Coparenting Questionnaire* (CQ, Margolin, Gordis & John, 2001; QC, Pedro & Ribeiro, 2015).

Através destes questionários, procurou-se obter informações relevantes sobre as características sociodemográficas dos participantes, as perceções dos pais sobre a sua competência e satisfação parental, bem como a dinâmica coparental do casal, de modo

a obter dados pertinentes para a análise estatística e interpretação e compreensão dos resultados.

### **Questionário Sociodemográfico e de Informação Familiar**

Todos os participantes responderam a um breve questionário sociodemográfico concebido para o projeto em questão, sendo composto por 11 questões que visam a caracterização da amostra. As primeiras seis questões são relativas às crianças (e.g., sexo, data de nascimento, número e idade dos irmãos, ano de escolaridade, agregado familiar e local de residência), enquanto as últimas cinco são relativas aos pais (e.g., idade, estado civil, nível de escolaridade, situação profissional/ocupacional e nível socioeconómico).

### **Escala de Sentido de Competência Parental (ESCP)**

De forma a avaliar o sentido de competência parental, foi utilizada a ESCP – Escala de Sentido de Competência Parental (PSOC; Johnston & Mash, 1989; tradução e adaptação portuguesa de Seabra-Santos & Pimentel, 2007), que apresenta bons índices de consistência interna e boas características psicométricas (valores para o coeficiente alfa de *Cronbach* iguais a 0,79, 0,75 e 0,76, respetivamente para o total, subescala Satisfação e subescala Autoeficácia) (Seabra-Santos, et al., 2015).

A PSOC consiste num instrumento de autorresposta composto por 17 itens que se dividem em duas subescalas: oito itens que integram a subescala eficácia parental e nove que correspondem à subescala satisfação parental (Johnston & Mash, 1989). Os sujeitos devem então posicionar-se relativamente às afirmações a partir de uma escala do tipo *Likert* de cinco pontos, em que 1 – Concordo plenamente, 2 – Concordo, 3 – Não tenho a certeza, 4 – Discordo e 5 – Discordo totalmente. O resultado total e aqueles correspondentes a cada uma das subescalas obtêm-se somando as cotações de cada grupo de itens (após a inversão de alguns deles), sendo que pontuações mais altas indicam um maior sentido de competência parental (Seabra-Santos et al., 2015). De salientar que o item 17 não é incluído no cálculo do resultado total de nenhuma das subescalas, visto apresentar saturações baixas em ambos os fatores (Johnston & Mash, 1989).

Alguns exemplos dos itens presentes na ESCP incluem: “Os problemas relacionados com o cuidar de uma criança são fáceis de resolver, a partir do momento em que sabemos, tal como eu já sei, de que modo é que as nossas ações afetam a criança” (item 1); “Não sei bem porquê, mas às vezes, quando sei que devia ter o controlo da situação, sinto-me mais como se fosse eu a ser manipulada/o” (item 3); “Ser mãe/pai faz-me sentir tensa/o e ansiosa/o” (item 5); “Honestamente, acredito que tenho todas as

capacidades necessárias para ser uma boa mãe (um bom pai)” (item 16); e “Ser uma boa mãe (um bom pai) é, só por si, recompensador” (item 17).

### **Questionário de Coparentalidade (QC)**

Para avaliar a percepção do/a cônjuge sobre o papel parental do/a parceiro/a, foi utilizado o QC – Questionário de Coparentalidade (CQ; Margolin, Gordis & John, 2001; versão portuguesa de Pedro & Ribeiro, 2015). Esta versão foi validada a partir de uma amostra composta por 1133 indivíduos (530 pais e 603 mães) com filhos pré-adolescentes, na qual foram obtidos níveis de consistência interna elevados (entre 0,71 a 0,88), semelhantes aos da versão original de Margolin, Gordis & John (2001) (entre 0.69 a 0.87) (Pedro & Ribeiro, 2015).

Este é um questionário de heterorrelato, desenvolvido com o objetivo de avaliar as percepções que os elementos do casal têm do comportamento do parceiro na relação coparental. Agrupa, na sua estrutura, tanto dimensões da coparentalidade positivas quanto negativas, ao mesmo tempo que avalia dinâmicas de triangulação, colmatando assim limitações de instrumentos já existentes que avaliavam apenas uma dimensão, negligenciavam o aspeto da triangulação e/ou avaliavam processos coparentais em conjunto com a unidade familiar. Outra vantagem adicional do QC relativamente a outros instrumentos é que diminui o efeito de desejabilidade social, uma vez que o comportamento é avaliado pelo parceiro e não pelo próprio (Pedro & Ribeiro, 2015).

Este questionário é constituído por 14 itens, cotados numa escala tipo *Likert* de 5 pontos (1 – Nunca; 2 – Raramente; 3 – Às vezes; 4 – Normalmente; 5 – Sempre), que agrupa três subescalas distintas – cooperação, conflito e triangulação –, sendo que resultados elevados indicam níveis elevados em cada uma delas. A subescala *Cooperação* inclui os primeiros 5 itens, relativos ao nível com que o casal se apoia e respeita enquanto pais. A subescala *Triangulação* é composta por quatro itens (itens 6 a 9) e reflete as tentativas dos pais para estabelecerem uma coalisão com a criança que exclua o parceiro coparental ou ponha em causa a sua autoridade parental. Por fim, a subescala *Conflito*, constituída também por 5 itens (itens 10 a 14, sendo o 13 invertido), explora o conflito interparental acerca dos assuntos referentes à educação dos filhos (Pedro & Ribeiro, 2015).

Alguns exemplos dos itens presentes no QC incluem: “O(a) meu/minha cônjuge/companheiro(a)... conta-me muitas coisas acerca do(a) nosso(a) filho(a)” (item 1); “...fala muito bem de mim ao nosso(a) filho(a)” (item 3); “...diz coisas cruéis acerca de mim, ou que me magoam, em frente do(a) nosso(a) filho(a)” (item 6); “...quando discutimos, tenta manipular o(a) nosso(a) filho(a) para que este(a) tome o partido de um de nós” (item 8); “...e eu temos níveis diferentes de exigência relativamente ao

comportamento do nosso(a) filho(a)” (item 11); e “...enfraquece, pouco a pouco, a minha posição de pai/mãe” (item 14) (Pedro & Ribeiro, 2015).

## 2.6. Análise estatística

O tratamento estatístico dos dados foi realizado através da versão 25.0 do programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), versão para *Windows*.

Inicialmente, foram eliminados 52 protocolos da base de dados que poderiam comprometer os resultados do estudo ou que não se enquadravam nos seus objetivos (i.e., mais de 10% de respostas em branco numa mesma escala, outro tipo de configurações familiares ou crianças com idades inferiores ou superiores ao estipulado nos critérios de inclusão). De seguida, procedeu-se à inversão dos itens necessária para cada questionário e os valores omissos foram substituídos pela média da amostra total obtida nos itens em questão.

Também se explorou a existência de *outliers* nas diferentes dimensões em estudo, de modo a verificar se algum valor se desviava consideravelmente da normalidade. A partir da análise de um diagrama de extremos e quartis, foi possível identificar um conjunto de seis *outliers* severos, tendo estes sido removidos da base de dados conforme o método proposto por Tukey (1977).

A análise das escalas relativas aos dois instrumentos utilizados (ESCP e QC) foi efetuada com recurso a estatísticas descritivas, nomeadamente média ( $M$ ), desvio-padrão ( $DP$ ), mínimos, máximos, assimetria e curtose. Também foi calculada a consistência interna, com recurso ao alfa de *Cronbach*.

Antes de testar as hipóteses estabelecidas, procedeu-se à análise das covariáveis, a partir do coeficiente de correlação de Pearson, com o objetivo de examinar o impacto das características sociodemográficas dos participantes nas variáveis em estudo.

Relativamente ao teste de hipóteses, voltou-se a recorrer ao coeficiente de correlação de Pearson para determinar o grau de associação entre as dimensões da ESCP e do QC. Finalmente, foram calculados dois modelos de regressão linear múltipla hierárquica para esclarecer o efeito preditor das dimensões da coparentalidade nas dimensões do sentido de competência parental.

## Capítulo 3. Apresentação dos resultados

No presente capítulo, serão relatados os resultados das estatísticas descritivas das variáveis de interesse (médias, desvios-padrão, mínimos, máximos, assimetria e curtose). Em seguida, será explorada a relação entre as dimensões das variáveis em estudo e um conjunto de covariáveis sociodemográficas. Para perceber a validade das hipóteses propostas, serão apresentadas as correlações encontradas entre a Coparentalidade e o Sentido de Competência Parental. Finalmente, será examinado o papel preditivo da Coparentalidade no Sentido de Competência Parental, a partir do cálculo de dois modelos de regressão linear múltipla hierárquica.

### 3.1. Análises preliminares

#### 3.1.1. Análise descritiva dos itens da ESCP

São apresentadas, na Tabela 3, as estatísticas descritivas relevantes dos itens das subescalas da ESCP (satisfação parental e eficácia parental), incluindo média, desvio-padrão, mínimo, máximo, assimetria e curtose.

**Tabela 3**

*Estatísticas descritivas da ESCP (N = 240)*

	<b>Itens</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>	<b>Assimetria</b>	<b>Curtose</b>
<b>Satisfação Parental</b>	2	3.96	1.10	1	5	-.90	-.16
	3	3.63	1.14	1	5	-.57	-.71
	4	3.89	.84	1	5	-.88	.94
	5	3.78	1.17	1	5	-.75	-.57
	8	3.81	1.03	1	5	-.78	.33
	9	2.26	1.03	1	5	.78	-.05
	12	3.53	1.10	1	5	-.54	-.70
	14	4.59	.70	1	5	-2.24	6.65
	16	4.19	.82	1	5	-1.15	1.92
	<b>Total</b>	3.74	.53	2.22	5	-.28	-.02
<b>Eficácia Parental</b>	1	3.99	.85	1	5	-.96	.86
	6	3.08	.96	1	5	-.30	-.21
	7	4.26	.89	1	5	-1.32	1.51
	10	3.39	.95	1	5	-.21	-.31
	11	3.96	.89	1	5	-.96	1.07
	13	3.79	.96	1	5	-.81	.38
	15	4.60	.74	1	5	-2.30	6.15
	<b>Total</b>	3.87	.46	2	5	-.34	.56

Na subescala Satisfação Parental, o item que apresenta a média mais elevada é o 14 ( $M = 4.59$ ;  $DP = .70$ ), e a média mais baixa é o 9 ( $M = 2.26$ ;  $DP = 1.03$ ). Tendo em conta a totalidade dos itens, a média revela ser de 3.74 ( $DP = .53$ ). Na subescala Eficácia Parental, a média mais elevada corresponde ao item 15 ( $M = 4.60$ ;  $DP = .74$ ) e a mais baixa ao item 6 ( $M = 3.08$ ;  $DP = .96$ ), sendo a média da totalidade dos itens desta subescala 3.87 ( $DP = .46$ ).

Relativamente à escala de cotação, todos os itens abrangem a totalidade de escala de cotação possível, mais especificamente, do 1 até ao 5. Já no que diz respeito à distribuição das respostas, os itens cujas respostas se distanciam mais da distribuição normal são o item 14 na subescala Satisfação Parental (assimetria = -2.24; curtose = 6.65), e o item 15 na subescala Eficácia Parental (assimetria = -2.30; curtose = 6.15).

### 3.1.2. Análise descritiva dos itens do QC

A Tabela 4 segue a mesma estrutura que a anterior, no entanto refere-se às estatísticas descritivas dos itens das subescalas do QC (cooperação, triangulação, conflito).

**Tabela 4**

*Estatísticas descritivas do QC (N = 240)*

	Itens	M	DP	Mínimo	Máximo	Assimetria	Curtose
<b>Cooperação</b>	1	4.28	.84	1	5	-1.12	.96
	2	4.30	.84	1	5	-1.42	2.16
	3	4.38	.80	1	5	-1.38	2.10
	4	4.11	1.02	1	5	-1.14	.79
	5	4.36	.90	1	5	-1.40	1.22
	<b>Total</b>	4.29	.67	2	5	-1.07	.82
<b>Triangulação</b>	6	1.20	.48	1	4	2.62	7.61
	7	1.05	.26	1	3	5.29	30.07
	8	1.10	.37	1	4	4.60	24.29
	9	1.12	.45	1	4	4.26	19.52
	<b>Total</b>	1.12	.27	1	2.75	3.02	10.29
<b>Conflito</b>	10	1.68	.90	1	5	1.23	.98
	11	1.99	.92	1	5	.54	-.36
	12	1.71	.73	1	5	.91	1.18
	13	1.90	.85	1	5	1.40	3.12
	14	1.33	.68	1	5	2.52	7.57
	<b>Total</b>	1.72	.55	1	3.60	.83	.60

Na subescala Cooperação, o item que apresenta a média mais elevada é o 3 ( $M = 4.38$ ;  $DP = .80$ ), e a média mais baixa é o 4 ( $M = 4.11$ ;  $DP = 1.02$ ). Tendo em conta a totalidade dos itens, a média revela ser de 4.29 ( $DP = .67$ ). Na subescala Triangulação, a média mais elevada corresponde ao item 6 ( $M = 1.20$ ;  $DP = .48$ ) e a mais baixa ao item 7 ( $M = 1.05$ ;  $DP = .26$ ), sendo a média total de 1.12 ( $DP = .27$ ). Já na subescala Conflito, o item cuja média é mais elevada é o item 11 ( $M = 1.99$ ;  $DP = .92$ ), e o item com a média mais baixa é o 14 ( $M = 1.33$ ;  $DP = .68$ ), sendo a média total de 1.72 ( $DP = .55$ ).

Relativamente à escala de cotação, todos os itens que compõem o QC abrangem a totalidade da escala de cotação possível, com exceção do item 7 da subescala Triangulação, que apresenta um máximo de 3, em vez de 4. No que diz respeito à distribuição das respostas, os itens cujas respostas se distanciam mais da distribuição normal são o item 2 na subescala Cooperação (assimetria = -1.42; curtose = 2.16), o item 7 na subescala Triangulação (assimetria = 5.29; curtose = 30.07) e o item 14 na subescala Conflito (assimetria = 2.52; curtose = 7.57).

### 3.1.3. Análise da consistência interna

Como se pode observar a partir da Tabela 5, no presente estudo foram obtidos valores de .68 para a subescala Satisfação Parental, .55 para a subescala Eficácia Parental e .75 para o total da ESCP. Quanto ao QC, os valores foram de .81 para a subescala Cooperação, .60 para a subescala Triangulação e .69 para a subescala Conflito.

**Tabela 5**

*Valores do coeficiente alfa de Cronbach da ESCP e QC*

	<b>Subescalas</b>	<b><math>\alpha</math></b>
<b>ESCP</b>	Satisfação Parental	.68
	Eficácia Parental	.55
	Total	.75
<b>QC</b>	Cooperação	.81
	Triangulação	.60
	Conflito	.69

### 3.1.4. Análise das covariáveis

Foram analisadas as relações entre as variáveis sociodemográficas e as diferentes dimensões em estudo – Satisfação Parental e Eficácia Parental, pertencentes à ESCP, e Cooperação, Triangulação e Conflito, referentes ao QC.

A partir da análise da Tabela 6, é possível perceber que existe uma correlação negativa fraca entre a idade da mãe e a Eficácia Parental ( $r = -.14$ ;  $p < .05$ ), bem como entre a idade do pai e a Cooperação coparental ( $r = -.14$ ;  $p < .05$ ). Isto significa, respetivamente, que uma idade materna mais avançada se associa com menores níveis de Eficácia Parental, e que uma idade paterna mais avançada se associa com menores níveis de Cooperação na dinâmica coparental.

### **Tabela 6**

*Matriz de correlações de Pearson entre as subescalas da ESCP, do QC e a idade dos pais (N = 240)*

<b>Variáveis</b>	<b>Idade da mãe</b>	<b>Idade do pai</b>
Satisfação Parental	-.05	-.01
Eficácia Parental	-.14*	-.09
Cooperação	-.13	-.14*
Triangulação	.02	.02
Conflito	.05	.07

\* $p < .05$

Deste modo, a variável “idade da mãe” será considerada como covariável no modelo correspondente à Eficácia Parental enquanto variável critério, e a variável “idade do pai” será considerada como covariável em todos os modelos de regressão por se encontrar correlacionada de forma estatisticamente significativa com uma das dimensões preditoras – a Cooperação.

## **3.2. Teste de hipóteses**

### **3.2.1. Correlações entre a coparentalidade e o sentido de competência parental**

A relação entre as dimensões da coparentalidade e do sentido de competência parental foi investigada com recurso ao coeficiente de correlação de Pearson (ver Tabela 7).

### **Tabela 7**

*Matriz de correlações de Pearson entre a ESCP e o QC (N = 240)*

Variáveis	SP	EP	COO	T	CON
SP	-				
EP	.52**	-			
COO	.37**	.35**	-		
T	-.15*	-.09	-.28**	-	
CON	-.38**	-.22**	-.43**	.30**	-

Nota. **SP**=Satisfação Parental; **EP**=Eficácia Parental; **COO**=Cooperação; **T**=Triangulação; **CON**=Conflito.

\* $p < .05$ ; \*\* $p < .01$

Os resultados revelaram que a Satisfação Parental apresentou uma correlação positiva forte com a Eficácia Parental ( $r = .52, p < .01$ ), uma correlação positiva moderada com a Cooperação ( $r = .37, p < .01$ ), uma correlação negativa fraca com a Triangulação ( $r = -.15, p < .05$ ) e uma correlação negativa moderada com o Conflito ( $r = -.38, p < .01$ ). Isto indica que níveis mais elevados de Satisfação Parental se associam a uma Eficácia Parental positiva e a uma dinâmica coparental mais baseada na cooperação. Por outro lado, níveis mais elevados de Satisfação Parental parecem associar-se a uma menor tendência de os pais se envolverem em comportamentos de triangulação relativamente aos/às filhos/as, bem como de entrarem em conflito na relação coparental.

Quanto à Eficácia Parental, esta apresentou uma correlação positiva moderada com a Cooperação ( $r = .35, p < .01$ ) e uma correlação negativa fraca com o Conflito ( $r = -.22, p < .01$ ), o que indica que níveis mais elevados de Eficácia Parental se associam a uma maior Cooperação na coparentalidade, e a menos Conflito. Não apresenta correlação significativa com a Triangulação.

A Cooperação, por sua vez, demonstra uma correlação negativa fraca com a Triangulação ( $r = -.28, p < .01$ ) e uma correlação negativa moderada com o Conflito ( $r = -.43, p < .01$ ). Ou seja, quanto mais Cooperação existir na coparentalidade, menos se espera que exista Triangulação e Conflito.

Finalmente, a Triangulação revela uma correlação positiva moderada com o Conflito ( $r = .30, p < .01$ ), o que sugere que elevados níveis de Triangulação se associam a níveis igualmente elevados de Conflito na relação coparental.

### 3.2.2. Coparentalidade como preditora do sentido de competência parental

Com o objetivo de determinar se as dimensões da coparentalidade – Cooperação, Triangulação e Conflito – predizem as dimensões do sentido de competência parental –

Satisfação Parental e Eficácia Parental, foram realizadas duas regressões lineares múltiplas hierárquicas, cada uma composta por dois modelos. O Modelo I incluiu o efeito das covariáveis identificadas anteriormente (idade da mãe e idade do pai) e, o Modelo II, todas as variáveis preditoras.

No que diz respeito à influência da covariável nos níveis de Satisfação Parental exibidos, a Tabela 8 mostra que a idade do pai ( $\beta = -.01$ ,  $t = -.09$ ,  $p = .93$ ) não revelou ser um preditor significativo, sendo que o Modelo I não ajuda a explicar a variância observada ( $R^2 = .000$ ).

Já no Modelo II, são observadas mudanças significativas após a adição das variáveis preditoras. Tanto a Cooperação ( $\beta = .27$ ,  $t = 3.99$ ,  $p < .001$ ) quanto o Conflito ( $\beta = -.27$ ,  $t = -4.08$ ,  $p < .001$ ) predizem de forma significativa a Satisfação Parental (o primeiro, de forma positiva e, o segundo, de forma negativa). Isto sugere que pais que mantêm uma relação coparental baseada, essencialmente, na cooperação, tendem a sentir-se mais satisfeitos com o próprio papel e funções parentais. Por outro lado, quando a relação coparental é mais baseada no conflito, a satisfação tende a ser menor. A Triangulação não demonstrou ser um preditor significativo ( $\beta = .01$ ,  $t = .08$ ,  $p = .94$ ).

A inclusão das variáveis preditoras aumentou substancialmente a capacidade do modelo de explicar a variância na dimensão Satisfação Parental, tornando-se este significativo [ $F(4, 233) = 14.51$ ,  $p < .001$ ] e explicando cerca de 20% da variância nos resultados.

**Tabela 8**

*Regressão Linear Múltipla Hierárquica: Coparentalidade como preditora da Satisfação Parental*

Variáveis	Modelo I				Modelo II			
	B	SE B	$\beta$	t	B	SE B	$\beta$	t
<b>Idade do pai</b>	-.001	.01	-.01	-.09	.004	.01	.05	.81
<b>Cooperação</b>					.21	.05	.27	3.99***
<b>Triangulação</b>					.01	.12	.01	.08
<b>Conflito</b>					-.26	.06	-.27	-4.08***
<b>R<sup>2</sup></b>		.00					.20	
<b>F</b>		.01					14.51***	
<b><math>\Delta R^2</math></b>				.20				
<b><math>\Delta F</math></b>				19.34***				

\*\*\* $p < .001$

Seguidamente, foi analisada a influência das covariáveis e das variáveis preditoras na dimensão Eficácia Parental (ver Tabela 9). A partir do Modelo I, em que se

controlou o efeito das duas covariáveis identificadas anteriormente (idade do pai e idade da mãe), observa-se que estas não predizem de forma significativa a Eficácia Parental (idade do pai:  $\beta = .01$ ,  $t = .15$ ,  $p = .88$ ; idade da mãe:  $\beta = -.15$ ,  $t = -1.67$ ,  $p = .10$ ). Este modelo explica apenas 2% da variância nos resultados.

Depois de serem incluídas as variáveis predictoras, no Modelo II, este torna-se significativo [ $F(5, 232) = 7.30$ ,  $p < .001$ ], explicando cerca de 14% da variância na dimensão em questão. No entanto, apenas a Cooperação demonstra ser uma preditora significativa (e positiva) da Eficácia Parental ( $\beta = .30$ ,  $t = 4.37$ ,  $p < .001$ ), o que significa que quanto maior a cooperação na relação coparental, maior o sentimento de eficácia parental. A Triangulação ( $\beta = .02$ ,  $t = .36$ ,  $p = .72$ ) e o Conflito ( $\beta = -.09$ ,  $t = -1.34$ ,  $p = .18$ ) não predisseram de forma significativa a Eficácia Parental.

**Tabela 9**

*Regressão Linear Múltipla Hierárquica: Coparentalidade como preditora da Eficácia Parental*

Variáveis	Modelo I				Modelo II			
	B	SE B	$\beta$	t	B	SE B	$\beta$	t
<b>Idade do pai</b>	.001	.01	.01	.15	.004	.01	.05	.58
<b>Idade da mãe</b>	-.01	.01	-.15	-1.67	-.01	.01	-.13	-1.55
<b>Cooperação</b>					.21	.05	.30	4.37***
<b>Triangulação</b>					.04	.11	.02	.36
<b>Conflito</b>					-.08	.06	-.09	-1.34
<b>R<sup>2</sup></b>		.02					.14	
<b>F</b>		2.33					7.30***	
<b><math>\Delta R^2</math></b>				.12				
<b><math>\Delta F</math></b>				10.42***				

\*\*\* $p < .001$

## Capítulo 4. Discussão dos resultados

Existem algumas indicações na literatura que apontam, a partir de um prisma teórico, o modo como uma coparentalidade positiva, envolvendo apoio e encorajamento do/a parceiro/a, negociação quanto aos cuidados e regras a aplicar relativamente às crianças e valores partilhados quanto à sua educação, pode influenciar os níveis de satisfação e eficácia parental dos pais (Atherton, 2017; Jiménez-Morago et al., 2018). Adicionalmente, existem estudos que estabelecem que um sentido de competência parental positivo promove a adoção de comportamentos mais ajustados por parte dos pais relativamente às crianças, o que contribui para um desenvolvimento e um ajustamento infantil saudáveis (Koliouli et al., 2022; Vance & Brandon, 2017).

Contudo, ainda são relativamente escassos os estudos que investigam diretamente o efeito preditor da coparentalidade no sentido de competência parental, principalmente em famílias com crianças em idade escolar, sendo mais habitual a investigação da relação entre a coparentalidade e a satisfação/ajustamento conjugal ou entre a coparentalidade e o ajustamento infantil, nomeadamente em crianças em idade pré-escolar. Assim, este estudo procurou contribuir para a compreensão dos sistemas familiares, analisando em que medida a coparentalidade se relaciona e prediz o sentido de competência parental em famílias com crianças em idade escolar.

No que diz respeito aos respondentes (pais e mães), observou-se uma significativa disparidade, com uma proporção de 87.5% de mães em relação a apenas 10.8% dos pais. Este resultado não deixa de ser um dado pertinente, visto poder ainda refletir estereótipos de género que associam a figura feminina, ou seja, a mãe, a um maior envolvimento nos cuidados e tarefas parentais do que o pai (Benatti et al., 2020).

No seguimento dos estudos prévios que demonstraram que níveis mais elevados de satisfação e eficácia parentais são indicativos de relações coparentais mais positivas e de uma menor frequência de conflito (Baker, 2007; Crnic & Ross, 2017), foram estabelecidas seis hipóteses consideradas apropriadas para o presente estudo, tendo em consideração os dados encontrados na literatura. O teste de hipóteses foi realizado com recurso a modelos de regressão múltipla hierárquica, nos quais as dimensões da coparentalidade (Cooperação, Conflito e Triangulação) são preditores de cada uma das dimensões de sentido de competência parental (Satisfação e Eficácia), considerando como covariáveis as idades da mãe e do pai.

A **Hipótese 1**, que previu que a Cooperação na coparentalidade predizia positivamente a Satisfação Parental, foi confirmada através da regressão linear múltipla hierárquica.

Estes resultados vão ao encontro daqueles observados por Scott (2009), cuja análise correlacional evidenciou que o suporte coparental se relaciona positivamente

com a satisfação parental. O autor coloca ainda a premissa de que o sentimento de satisfação com o papel e funções parentais podem, por sua vez, provocar efeitos benéficos noutros aspetos do funcionamento familiar (e.g., ser mais caloroso/a nas interações pais-criança), e debate a possível influência de outras variáveis, como a satisfação conjugal e as crenças sobre os papéis de género.

Frizzo et al. (2005, citado em Matos et al., 2019) também indicam as relações existentes entre os sistemas parental e conjugal, na medida em que a satisfação com a relação coparental se associa com a satisfação com a parentalidade e com a vida conjugal. De igual modo, Dias (2019) concluiu que existe uma menor perceção de aliança parental quando o stresse parental se encontra em níveis mais elevados, referindo a influência recíproca entre as duas variáveis. Assim, pressupõe-se que o stresse parental refletiria uma baixa satisfação parental que, de acordo com o seu estudo, se encontraria associada a uma menor perceção de aliança parental, ou seja, a uma menor cooperação na relação coparental. Também é hipotetizado que uma coparentalidade positiva exerça efeitos benéficos na satisfação parental ao melhorar as relações pais-criança (Pinquart & Teubert, 2015).

A **Hipótese 2**, que propôs que a Cooperação na coparentalidade predizia positivamente a Eficácia Parental, também foi confirmada.

As investigações encontradas sobre este tópico parecem apoiar os resultados obtidos, sendo sugerido que relações coparentais baseadas na cooperação contribuem para um contexto de suporte no qual os pais se sentem mais eficazes quanto ao seu papel parental e lidam melhor com as situações adversas do dia-a-dia (Fagan et al., 2016; Merrifield & Gamble, 2012). Isto parece ser verdade tanto no caso das mães quanto no caso dos pais, bem como para diferentes culturas e níveis socioeconómicos e em famílias com crianças com desenvolvimento típico e atípico, pelo que se evidencia o carácter protetor da cooperação coparental (Cusí et al., 2020; May et al., 2023).

Outros dados interessantes na literatura, como aqueles fornecidos pelo estudo de Garneau e Adler-Baeder (2015), revelam melhorias ao nível da eficácia parental depois de os participantes completarem programas educativos focados no desenvolvimento de uma coparentalidade saudável, o que reforça as conclusões do presente estudo. Também se verifica que uma relação coparental positiva pode reduzir o impacto negativo que determinadas características da criança poderiam exercer na eficácia parental, tal como aquelas relacionadas com crianças diagnosticadas com Perturbação do Espectro do Autismo, levando os pais a experienciar menos desamparo ou ansiedade durante as interações com os/as seus/suas filhos/as (Downes & Cappe), 2021).

Passando para a **Hipótese 3**, que assumiu que o Conflito na coparentalidade predizia negativamente a Satisfação Parental, esta também foi confirmada.

Estes resultados são igualmente encontrados na literatura, havendo diversas indicações que apontam que uma coparentalidade com baixos níveis de cooperação, na qual se encontram níveis elevados de conflito envolvendo depreciação do papel parental do/a parceiro/a, pouco apoio e valorização, elevada culpabilização, entre outros, leva a que seja sentida uma menor satisfação parental e maior stresse parental por parte dos pais (Kanter & Proulx, 2019; Scott, 2009). O seu inverso também pode ser verdade, ou seja, uma baixa satisfação parental tenderá a gerar dificuldades na capacidade do indivíduo cooperar com o/a parceiro/a (Crnic & Ross, 2017).

Leite e McKenry (2002, citado em Cohen & Finzi-Dottan, 2005) demonstraram que o efeito que os conflitos coparentais exercem na satisfação parental podem prolongar-se mesmo após o divórcio. No seu estudo, os autores observaram que a satisfação que pais divorciados sentiam face ao papel parental continuou a ser indiretamente afetada pelo nível de conflito que tiveram com as suas ex-esposas, pois os pais sentiam que tinham uma menor capacidade de decisão sobre a vida dos/das seus/suas filhos/as (Cohen & Finzi-Dottan, 2005). É possível que o mesmo aconteça nas famílias tradicionais intactas, ou seja, que o conflito coparental desencoraje e mine o envolvimento dos pais com a criança, bem como as decisões parentais consideradas mais apropriadas por cada um dos progenitores, levando a que o papel parental não seja vivido de uma forma tão satisfatória.

A **Hipótese 4**, que previu que o Conflito na coparentalidade predizia negativamente a Eficácia Parental, não foi confirmada pela regressão linear múltipla hierárquica do presente estudo.

Este resultado não parece ir de encontro aos resultados apresentados na literatura. Assim como se observa uma relação positiva entre a cooperação e a eficácia parental, vários autores também relatam que uma perceção de menor prevalência de interações conflituosas entre a díade parental tende a associar-se com níveis elevados de eficácia parental (de Souza et al., 2019; May et al., 2023; Merrifield & Gamble, 2012).

A **Hipótese 5**, que estipulou que a Triangulação na coparentalidade predizia negativamente a Satisfação Parental, também não foi confirmada.

Apesar de os estudos que analisam a relação entre estas duas variáveis serem escassos, foi encontrado um, levado a cabo por Lau & Power (2020), que descobriu que a triangulação, quando manifestada pelos pais, prediz positivamente o stresse parental nas mães, pelo que a literatura não parece apoiar os resultados obtidos no presente estudo relativamente a esta hipótese. Infelizmente, é mais frequente encontrar a triangulação descrita na literatura como pertencente à dimensão de conflito parental, o que dificulta a compreensão dos dois constructos de forma independente.

Enquanto a triangulação envolve uma violação clara da fronteira entre os subsistemas interparentais e pais-filhos, o mesmo não acontece obrigatoriamente quando existe elevado conflito na relação coparental. Por causa da violação dessa fronteira, a triangulação torna-se particularmente prejudicial tanto para as crianças, favorecendo o aparecimento de problemas internalizantes e externalizantes, quanto para os pais (e.g., individualmente, na relação conjugal e na relação com os/as filhos/as) (Ferraro et al., 2019). Na relação conjugal, é habitual que os pais que se envolvem em dinâmicas de triangulação com as crianças, manifestem um comportamento desinteressado ou conflituoso com o/a parceiro/a (Ferraro et al., 2019). Já na relação pai/mãe-filho/a, a triangulação pode levar a que a criança se sinta pressionada a escolher entre um dos seus pais, o que pode prejudicar o relacionamento que mantém com o outro e gerar ressentimento (Fosco & Grych, 2010).

Além disso, a triangulação pode ser conceptualizada como uma subdimensão do conflito coparental, pois assume-se como uma tentativa de resolver a tensão/conflitos entre os elementos do subsistema coparental, a partir da adição de um terceiro elemento (neste caso a criança) que os ajude na regulação e na comunicação (Pedro & Ribeiro, 2015). Muitas vezes, esse terceiro elemento também surge como um substituto do apoio e da valorização que se encontra em falta no subsistema coparental. Simultaneamente, este tipo de comportamento leva a que, em vez de comunicarem e negociarem um com o outro, os pais utilizem a criança para esse fim, minando a autoridade e a presença do/a parceiro/a (Böing, 2014). Deste modo, pressupõe-se que, tal como níveis mais elevados de conflito coparental se associam negativamente à satisfação parental, o mesmo aconteça quando estão presentes níveis elevados de triangulação, pelo que seria de esperar que a elevados níveis de triangulação levassem a uma menor satisfação parental.

Já a **Hipótese 6**, que antecipou que a Triangulação na coparentalidade predizia negativamente a Eficácia Parental, também não foi confirmada pelos resultados obtidos.

Tal como aconteceu com a Hipótese 5, foi perceptível uma lacuna no que diz respeito a investigações sobre a triangulação, de forma geral, e, em particular, em relação à eficácia parental. Assim, a Hipótese 6 foi estipulada com base nos estudos e teorias que a apresentam como uma espécie de subgrupo do conflito coparental, pelo que seria de esperar que, tal como o conflito, a triangulação exercesse impacto na eficácia dos pais.

Resumidamente, a regressão linear múltipla hierárquica permitiu aferir que a Cooperação tem um efeito preditor tanto na Satisfação Parental quanto na Eficácia Parental, enquanto o Conflito apenas prediz a Satisfação Parental, mas não a Eficácia

Parental. A Triangulação, por sua vez, não prediz nenhuma das dimensões do sentido de competência parental.

Através destes resultados, é possível perceber o efeito significativo que a cooperação exerce em ambas as dimensões do sentido de competência parental. No entanto, é interessante perceber a ausência de um efeito preditor do conflito e da triangulação na eficácia parental.

O facto de não ter sido encontrado um efeito preditor da Triangulação na Satisfação e na Eficácia Parental pode dever-se a várias razões. Primeiramente, o tamanho da amostra (240 participantes) que, apesar de já apresentar alguma robustez, pode não ser suficiente para detetar pequenos efeitos. Desta forma, um estudo futuro com uma amostra maior poderia ser útil para proporcionar uma visão mais esclarecedora sobre esta relação. Além disso, o modo como esta variável foi medida pode ter sido insuficiente, visto ter sido avaliada com recurso a apenas quatro itens, a partir de um questionário de autorrelato. É possível que, desta maneira, não tenha sido possível atestar variações suficientes deste fenómeno, visto que diferentes famílias podem envolver os/as filhos/as nos conflitos parentais de diferentes formas, havendo manifestações de triangulação menos evidentes do que outras, como focar excessivamente nos problemas exibidos pela criança (sem tomar em consideração o modo como a coparentalidade poderá estar a exercer influência), de modo a evitar enfrentar e lidar com os problemas da relação parental (Van Petegem et al., 2020). Outra explicação pode englobar a necessidade de controlar outro tipo de variáveis que não tenham sido abordadas neste estudo, como a relação conjugal, o suporte social ou os níveis de stresse (envolvendo também outros contextos, como o trabalho).

Finalmente, podemos ainda colocar a hipótese de os pais separarem, de certa forma, a sensação de eficácia individual dos conflitos e dinâmicas de triangulação que possam existir no subsistema coparental, percebendo que, apesar dos eventuais desafios e conflitos com o/a parceiro/a, eles continuam a ser capazes de atender de forma eficaz às necessidades dos/as seus/suas filhos/as. Os pais podem considerar a eficácia parental uma questão mais interna, relacionada com as suas próprias habilidades, e procurar validação e apoio relativamente às suas práticas parentais noutros elementos da família ou da comunidade. Já a satisfação parental seria mais facilmente abalada por níveis elevados de conflito, mas beneficiaria de um ambiente coparental caloroso e positivo.

## Capítulo 5. Considerações finais

O presente estudo traz várias contribuições pertinentes para a investigação científica e para a prática em psicologia, nomeadamente uma compreensão mais aprofundada dos fatores que influenciam o bem-estar, as necessidades e a funcionalidade das famílias.

Como se pôde verificar, a partir dos resultados obtidos, a coparentalidade e o sentido de competência parental são dois constructos que se relacionam de diferentes formas, sendo a coparentalidade um preditor importante do sentido de competência parental. Estes dados são relevantes porque, para além de contribuírem para a formulação de teorias sobre as famílias, fornecem informações relevantes para o desenvolvimento de intervenções terapêuticas e programas de apoio que visem a prevenção de conflitos e o estabelecimento de maior harmonia e suporte familiar. Além disso, fornecem um ponto de partida valioso para pesquisas futuras.

Importa reconhecer, no entanto, algumas das limitações que foram identificadas ao longo da elaboração deste trabalho. Primeiramente, no que diz respeito à amostra, esta é maioritariamente composta por mães. Mais especificamente, houve 210 mães e apenas 26 pais a responder aos questionários (sendo que os restantes quatro respondentes preencheram-nos em conjunto). Esta característica da amostra impossibilitou a comparação dos resultados tendo em conta o género, e limita a sua generalização no que toca à perspetiva paterna. Além disso, quase todos os participantes consideraram o seu nível socioeconómico como médio (55.4%) ou médio-baixo (32.1%), não havendo nenhum participante que o considere como alto, e poucos que o considerem como médio-alto (4.6%), o que significa que existe pouca representatividade de famílias que apresentem um nível socioeconómico mais elevado.

Outra limitação diz respeito ao uso exclusivo de medidas de autorrelato para a obtenção dos dados. Embora estas medidas sejam amplamente utilizadas em muitos contextos de pesquisa e apresentem vantagens, como a economia de tempo e recursos, facilidade de administração e padronização, elas também podem estar sujeitas a alguns problemas, nomeadamente a desejabilidade social, o viés de participação e a obtenção de respostas superficiais e pouco elaboradas (Costa, 2017).

Também é relevante mencionar os valores de assimetria (3.02) e curtose (10.29) obtidos na dimensão Triangulação, que indicam uma distribuição que tende a distanciar-se da normalidade. Devido à possibilidade de estes valores influenciarem a interpretação das relações e dos efeitos observados nas análises estatísticas, é aconselhada uma interpretação cautelosa dos resultados dessa dimensão específica.

Finalmente, com o intuito de introduzir mais avanços nos conhecimentos no âmbito deste campo de estudo, gostaríamos de elaborar algumas sugestões para investigações

futuras, como o recurso a amostras mais heterogéneas (tanto no que diz respeito ao género dos participantes, quanto ao seu nível socioeconómico); a utilização de diferentes métodos e fontes para obter dados, como observação direta, entrevista ou obtenção de dados a partir de fontes externas à família nuclear; a investigação da coparentalidade e do sentido de competência parental em configurações familiares distintas da que foi analisada no presente estudo, como famílias monoparentais, reconstituídas, LGBTQI+ ou multigeracionais; a elaboração de estudos longitudinais que avaliem estas variáveis ao longo do ciclo de vida das famílias; e a avaliação de intervenções direcionadas à coparentalidade, de modo a perceber de que modo afetam o sentido de competência parental e o ajustamento familiar e infantil.

## Referências

- Agbaria, Q. (2022). Parental Styles and Parental Emotional Intelligence as Predictors of Challenging Behavior Problems among Children in Israel. *Topics in Early Childhood Special Education, 41*(4), 321-332. <https://doi.org/10.1177/0271121420918650>
- Atherton, C. (2017). *Developing a Brief Measure of Coparenting Competence: The Coparenting Competence Scale* [Dissertação de Mestrado]. University of Newcastle.
- Augustin, D., & Frizzo, G. B. (2015). A Coparentalidade ao Longo do Desenvolvimento dos Filhos: Estabilidade e Mudança no 1º e 6º Ano de Vida. *Interação em Psicologia, 19*(1), 13-24. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v19i1.29239>
- Barnhill, L. R., & Longo, D. (1978). Fixation and Regression in the Family Life Cycle. *Family Process, 17*(4), 469-478. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1978.00469.x>
- Benatti, A. P., Pereira, C. R. R., dos Santos, D. C. M., & de Paiva, I. L. (2020). A maternidade em contextos de vulnerabilidade social: Papéis e significados atribuídos por pais e mães. *Interação em psicologia, 24*(2), 130-141. <https://doi.org/10.5380/psi.v24i2.59856>
- Böing, E. (2014). *Relações entre Coparentalidade, Funcionamento Familiar e Estilos Parentais em uma Perspectiva Intergeracional* [Tese de Doutorado]. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Bronstein, P., Duncan, P., D'Ari, A., Pieniadz, J., Fitzgerald, M., Abrams, C. L., Frankowski, B., Franco, O., Hunt, C., & Cha, Y. O. (1996). Family and parenting behaviors predicting middle school adjustment: A longitudinal study. *Family Relations, 45*(4), 415-426. <https://doi.org/10.2307/585171>
- Caldas, J. M. P. (1993). Terapia familiar: Psicoanálise sistêmica. *Fórum Sociológico 2*, 39-49.
- Camisasca, E., Miragoli, S., Di Blasio, P., & Feinberg, M. (2019). Co-parenting mediates the influence of marital satisfaction on child adjustment: The conditional indirect effect by parental empathy. *Journal of Child and Family Studies 28*, 519-530. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1271-5>

- Christie, H., Hamilton-Giachritsis, C., Alves-Costa, F., Tomlinson, M., & Halligan, S. L. (2019). The impact of parental posttraumatic stress disorder on parenting: A systematic review. *European Journal of Psychotraumatology*, *10*(1), 1-13. <https://doi.org/10.1080/20008198.2018.155034>
- Cohen, O., & Finzi-Dottan, R. (2005). Parent-child Relationships During the Divorce Process: From Attachment Theory and Intergenerational Perspective. *Contemporary Family Therapy*, *27*(1), 81-99. <https://doi.org/10.1007/s10591-004-1972-3>
- Coleman, P. K., & Karraker, K. H. (1998). Self-efficacy and parenting quality: Findings and future applications. *Developmental Review*, *18*(1), 47-85. <https://doi.org/10.1006/drev.1997.0448>
- Collins, W. A., Madsen, S. D., & Susman-Stillman, A. (2002). Parenting During Middle Childhood. In M. H. Bornstein (Ed.), *Handbook of Parenting: Children and Parenting* (2<sup>nd</sup> ed., pp. 73-101). Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Costa, A. R. L. (2017). *Desejabilidade Social e Instrumentos de Autorrelato de Traços de Psicopatia* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de São Francisco.
- Cotrim, D. M. S., & Neto, S. B. C. (2021). Estudos sobre a Percepção de Autoeficácia Parental: Uma Revisão de Literatura. *Revista Subjetividade y Procesos Cognitivos*, *25*(1), 23-43. <https://publicacionescientificas.uces.edu.ar/index.php/subyprocog/article/view/1162>
- Crnic, K., & Ross, E. (2017). Parenting Stress and Parental Efficacy. In K. Deater-Deckard, & R. Panneton (Eds.), *Parental Stress and Early Child Development* (pp. 263-284). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-55376-4\\_11](https://doi.org/10.1007/978-3-319-55376-4_11)
- Cusí, L. M., Günther-Bel, C., Puigdesens, A. V., Orriols, M., C., & Costa, J. L. M. (2020). Instruments for the Assessment of Coparenting: A Systematic Review. *Journal of Child and Family Studies*, *29*, 2487-2506. <https://doi.org/10.1007/s10826-020-01769-3>
- De Lima, T. J. S., & de Souza, L. E. C. (2021). O papel da autoeficácia parental na saúde mental de mães de crianças com Síndrome da Zika Congênita. *Revista Ciência*

& *Saúde Coletiva*, 26(1), 359-368. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020261.02222019>

De Souza, P. B. M., Ramos, E. M., & Silva, S. S. C. (2019). Coparental Relationship and Self-Efficacy of Caregivers of Children with Cerebral Palsy. *Developmental Psychology*, 29, 1-9. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e2938>

Dessen, M. A. (1997). Desenvolvimento familiar: Transição de um sistema triádico para poliádico. *Temas em Psicologia*, 5(3), 51-61. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X1997000300006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1997000300006)

Dias, M. G. (2019). *Características Psicométricas do Inventário de Aliança Parental numa Amostra de Famílias em Risco Psicossocial* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Algarve.

Downes, N., & Cappe, E. (2021). Coparenting a Child on the Autism Spectrum: a Systematic Review and Call for Research. *Journal of Child and Family Studies*, 30, 388-402. <https://doi.org/10.1007/s10826-020-01884-1>

Duque, C. S. P. (2009). *Fragmentos da violência familiar: Um estudo de caso* [Dissertação de Licenciatura]. Universidade Fernando Pessoa.

Duvall, E. M., & Miller, B. C. (1985). *Marriage and family development* (6<sup>th</sup> ed.). Harper & Row.

Esteves, A. S. C. M. (2010). *Estilos Parentais e Coparentalidade: Um Estudo Exploratório com Casais Portugueses* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa. <https://core.ac.uk/download/pdf/12422686.pdf>

Fagan, J., Levine, E. C., Kaufman, R., & Hammar, C. (2016). Low-Income, Nonresident Fathers' Coparenting With Multiple Mothers and Relatives: Effects on Fathering. *Journal of Family Psychology*, 30(6), 665-675. <http://dx.doi.org/10.1037/fam0000231>

Fang, Y., Boelens, M., Windhorst, D. A., Raat, H., & van Grieken, A. (2021). Factors associated with parenting self-efficacy: A systematic review. *Journal of Advanced Nursing*, 77(6), 2641-2661. <https://doi.org/10.1111/jan.14767>

- Feinberg, M. E. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and Intervention. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95-131. [https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302\\_01](https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01)
- Ferraro, A. J., Petren, R. E., & Pasley, K. (2019). Patterns of Parental Interactions After Divorce and Individual Well-Being. *Journal of Child and Family Studies*, 28, 1413-1424. <https://doi.org/10.1007/s10826-019-01373-0>
- Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção. *CUP Book: Contributos para a intervenção em Psicologia*, 151-172.
- Fosco, G. M., & Grych, J. H. (2010). Adolescent Triangulation Into Parental Conflicts: Longitudinal Implications for Appraisals and Adolescent-Parent Relations. *Journal of Marriage and Family*, 72(2), 254-266. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00697.x>
- Gage, J. D., Everett, K. D., & Bullock, L. (2006). Integrative review of parenting in nursing research. *Journal of Nursing Scholarship*, 38(1), 56-62. <https://doi.org/10.1111/j.1547-5069.2006.00078.x>
- Garneau, C. L., & Adler-Baeder, F. (2015). Changes in Stepparents' Coparenting and Parenting Following Participation in a Community-Based Relationship Education Program. *Family Process*, 54(4), 590-599. <https://doi.org/10.1111/famp.12133>
- Gilmore, L., & Cuskelly, M. (2008). Factor structure of the Parenting Sense of Competence Scale using a normative sample. *Child: Care, health and development*, 35(1), 48-55. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2214.2008.00867.x>
- Gómez-Ortiz, O., Rubio, A., Roldán-Barrios, A., Ridao, P., & López-Verdugo, I. (2022). Parental stress and life satisfaction: A comparative study of social services users and nonusers from a gender perspective. *Journal of Community Psychology*, 51(1), 345-360. <https://doi.org/10.1002/jcop.22907>
- Habibi, M., Sedaghat, M., Mohammadi, R., Salehi, S., & Alizadeh, K. (2019). Effect of the training of the child development monitoring on stress and parenting satisfaction of mothers. *Journal of Research & Health*, 9(3), 246-253. <https://doi.org/10.29252/jrh.9.3.246>

- Handelzalts, J. E., Levy, S., Molmen-Lichter, M., Hairstion, I. S., Krissi, H., Wiznitzer, A., & Peled, Y. (2021). Attachment Styles and Maternal Sense of Competence: The Moderated-Mediation Effects of Rooming-in and Maternal Psychopathology. *Journal of Child and Family Studies*, 30(10), 2341-2352. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-02009-y>
- Harding, L., Murray, K., Shakespeare-Finch, J., & Frey, R. (2020). Understanding the Parental Stress Scale With a Foster Carer Cohort. *Family Relations*, 69(4), 865-879. <https://doi.org/10.1111/fare.12483>
- Heath, G. H., Fife-Schaw, C., Wang, L., Eddy, C. J., Hone, M. J. G., & Pollastri, A. R. (2020). Collaborative Problem Solving reduces children's emotional and behavioral difficulties and parenting stress: Two key mechanisms. *Journal of Clinical Psychology*, 76(7), 1-15. <https://doi.org/10.1002/jclp.22946>
- Herrera, M., & Little, E. (2005). Behaviour problems across home and kindergarten in an Australian sample. *Australian Journal of Educational & Developmental Psychology*, 5, 77-90. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ815581.pdf>
- Hoghugh, M., & Speight, A. N. P. (1998). Good enough parenting for all children—a strategy for a healthier society. *Archives of disease in childhood*, 78(4), 293-296. <http://dx.doi.org/10.1136/adc.78.4.293>
- Indrasari, S. Y., & Dewi, M. (2017). Analyzing the influence of parent involvement and co-parenting on parenting self-efficacy. In A. A. Ariyanto, H. Muluk, P. Newcombe, F. P. Piercy, E. K. Poerwandari, & S. H. R. Suradijono (Eds.), *Diversity in unity: Perspectives from psychology and behavioral sciences* (pp. 167-174). Routledge.
- Jhang, F. (2022). Explaining School Adjustment Difference among Children of Immigrant Mothers in Taiwan: The Mediators of Co-Parenting and Parenting Efficacy. *Journal of Child and Family Studies*, 31(5), 1173-1183. <https://doi.org/10.1007/s10826-021-02075-2>
- Jiménez-Morago, J. M., León, E., & Algeciras, C. (2018). Parental sense of competence among non-kin foster carers from Spain. *Children and Youth Services Review*, 94(10), 437-445. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.07.030>

- Johnston, C., & Mash, E. (1989). A measure of parenting satisfaction and efficacy. *Journal of Clinical Child Psychology*, 18(2), 167-175. [https://doi.org/10.1207/s15374424jccp1802\\_8](https://doi.org/10.1207/s15374424jccp1802_8)
- Jones, T. L., & Prinz, R. J. (2005). Potential Roles of Parental Self-Efficacy in Parent and Child Adjustment: A Review. *Clinical Psychology Review*, 25(3), 341-363. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpr.2004.12.004>
- Kanter, J. B., & Proulx, C. M. (2019). The longitudinal association between maternal parenting stress and spousal supportiveness. *Journal of Family Psychology*, 33(1), 121–131. <https://doi.org/10.1037/fam0000478>
- Kim, S. M. (2022). Effects of Parenting Self-Efficacy, Parenting Alliance Inventory, and Social Support on the Mothers' Health and Parenting Stress. *Journal of Pharmaceutical Negative Results*, 13(3), 201-212. <https://doi.org/10.47750/pnr.2022.13.S03.034>
- Koliouli, F., Gaudron, C. Z., Bourque, C. J., & Raynaud, J. (2022). Parental sense of competence, paternal stress and perceived construction of the relationship with the premature newborn: A mixed method study. *Early Human Development*, 168(27), 1-7. <https://doi.org/10.1016/j.earlhumdev.2022.105576>
- Kuppens, S., & Ceulemans, E. (2019). Parenting Styles: A Closer Look at a Well-Known Concept. *Journal of Child and Family Studies*, 28, 168-181. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1242-x>
- Kwan, R. W. H., Kwok, S. Y. C. L., & Ling, C. C. Y. (2015). The Moderating Roles of Parenting Self-Efficacy and Co-parenting Alliance on Marital Satisfaction Among Chinese Fathers and Mothers. *Journal of Child and Family Studies*, 24, 3506-3515. [10.1007/s10826-015-0152-4](https://doi.org/10.1007/s10826-015-0152-4)
- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos Teóricos das Relações Coparentais: Revisão Crítica. *Psicologia em Estudo*, 15(1), 191-201. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022>
- Latham, R. M., Mark, K. M., & Oliver, B. R. (2016). A harsh parenting team? Maternal reports of coparenting and coercive parenting interact in association with children's disruptive behaviour. *The Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 58(5), 603-611. <https://doi.org/10.1111/jcpp.12665>

- Lau, E. Y. H., & Power, T. G. (2020). Coparenting, Parenting Stress, and Authoritative Parenting among Hong Kong Chinese Mothers and Fathers. *Parenting: Science and Practice*, 20(3), 167-176. <https://doi.org/10.1080/15295192.2019.1694831>
- Lau, S. R., Beilby, J. M., Byrnes, M. L., & Hennessey, N. W. (2012). Parenting styles and attachment in school-aged children who stutter. *Journal of communication disorders*, 45(2), 98-110. <https://doi.org/10.1016/j.jcomdis.2011.12.002>
- Lin, X., Yang, W., Xie, W., & Li, H. (2023). The integrative role of parenting styles and parental involvement in young children's science problem-solving skills. *Frontiers in Psychology*, 14, 1-9. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2023.1096846>
- Luthar, S. S., & Ciciolla, L. (2016). What it feels like to be a mother: Variations by children's developmental stages. *Developmental Psychology*, 52(1), 143-154. <https://doi.org/10.1037/dev0000062>
- Lux, U., Christ, S. L., & Walper, S. (2022). Coparenting Problems and Parenting Behavior as Mediating Links Between Interparental Conflict and Toddlers' Adjustment Difficulties in Germany. *Zeitschrift für Kinder- und Jugendpsychiatrie und Psychotherapie*, 50(5), 346-356. <https://doi.org/10.1024/1422-4917/a000835>
- Machado, M. R., & Mosmann, C. P. (2020). Coparental Conflict and Triangulation, Emotion Regulation, and Externalizing Problems in Adolescents: Direct and Indirect Relationships. *Developmental Psychology*, 30, 1-9. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-4327e3004>
- Martins, A. R. R. (2018). *Revisão sistemática do ciclo vital da família* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior Miguel Torga.
- Martins, S., Augusto, C., Silva, M. J., Duarte, A., Martins, F., & Rosário, R. (2022). Parentalidade positiva e a sua relação com o desenvolvimento socioemocional em crianças. *Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación*, 9, 118-131. <https://doi.org/10.17979/reipe.2022.9.0.8908>
- Matos, T. D., Bossardi, C. N., de Souza, C. D., Portes, J. R. M., Menezes, M. (2019). Percepções Parentais sobre Coparentalidade e Comportamento Infantil: Um Estudo com Famílias Homoafetivas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 65, 51-67. <https://doi.org/10.38034/nps.v28i65.537>

- May, C., Atherton, C., Colyvas, K., Mancini, V., & Campbell, L. E. (2023). Development of a Brief Coparenting Measure: The Coparenting Competence Scale. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 20, 1-14. <https://doi.org/10.3390/ijerph20136322>
- Meier, A., Musick, K., Fischer, J., & Flood, S. (2018). Mothers' and fathers' well-being in parenting across the arch of child development. *Journal of Marriage and Family*, 80(4), 992-1004. <https://doi.org/10.1111/jomf.12491>
- Merrifield, K.A. & Gamble W.C. (2012). Associations among marital qualities, supportive and undermining co-parenting, and parenting self-efficacy: Testing spillover and stress-buffering processes. *Journal of Family Issues*, 34(4), 510–533.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Artmed
- Nicolaus, C., Kress, V., Kopp, M., & Garthus-Niegel, S. (2021). The Impact of Parental Relationship Satisfaction on Infant Development: Results From the Population-Based Cohort Study DREAM. *Frontiers in Psychology*, 12, 1-14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.667577>
- Nunes, C., & Ayala-Nunes, L. (2017). Parenting sense of competence in at psychosocial risk families and child well-being. *Bordón – Revista de Pedagogía*, 69(1), 155-168. <https://doi.org/10.13042/Bordon.2016.48589>
- Ohan, J. L. Leung, D. W., & Johnston, C. (2000). The Parenting Sense of Competence scale: Evidence of a stable factor structure and validity. *Canadian Journal of Behavioral Science*, 32(4), 251-261. <https://doi.org/10.1037/h0087122>
- Oyarzún-Farías, M. A., Cova, F., & Navarrete, C. B. (2021). Parental Stress and Satisfaction in Parents With Pre-school and School Age Children. *Frontiers in Psychology*, 12, 1-13. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.683117>
- Padilla, J. P., Lara, B. L., & Álvarez-Dardet, S. M. (2010). Stress and parental competence: A study with working parents. *Suma Psicológica*, 17(1), 47-57. [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0121-43812010000100004](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-43812010000100004)
- Pardo, M. B. L., Freitas, D. F., de Carvalho, M. S. B., & Fontaine, A. M. (2018). Competência Educativa Parental: Estudo de Propriedades Psicométricas da

- Escala com Amostra Brasileira. *Avaliação Psicológica*, 17(2), 243-251.  
<http://dx.doi.org/10.15689/ap.2018.1702.14426.10>
- Park, H., & Walton-Moss, B. (2012). Parenting style, parenting stress, and children's health-related behaviors. *Journal of Developmental & Behavioral Pediatrics*, 33(6), 495-503. <https://doi.org/10.1097/dbp.0b013e318258bdb8>
- Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação Portuguesa do Questionário de Coparentalidade: Análise Fatorial Confirmatória e Estudos de Validade e Fiabilidade. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 28(1), 116-125.  
<https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>
- Peltz, J., Rogge, R., Sturge-Apple, M. L. (2018). Transactions within the family: Coparenting mediates associations between parents' relationship satisfaction and the parent-child relationship. *Journal of Family Psychology*, 32(5), 553-564. <https://doi.org/10.1037/fam0000413>
- Pinquart, M., & Teubert, D. (2015). Links among coparenting behaviors, parenting stress, and children's behaviors using the new German coparenting inventory. *Family Science*, 6(1), 201-210.  
<http://dx.doi.org/10.1080/19424620.2015.1065284>
- Pinto, T. M., Figueiredo, B., Pinheiro, L. L., & Canário, C. (2016). Fathers' parenting self-efficacy during the transition to parenthood. *Journal of Reproductive and Infant Psychology*, 34(4), 1-13. [10.1080/02646838.2016.1178853](https://doi.org/10.1080/02646838.2016.1178853)
- Portes, J. R. M., & Vieira, M. L. (2020). Coparentalidade no contexto familiar de crianças com transtorno do espectro autista. *Psicologia em Estudo*, 25, 1-17.  
<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.44897>
- Rogers, H., & Matthews, J. (2004). The parenting sense of competence scale: Investigation of the factor structure, reliability, and validity for an Australian sample. *Australian Psychologist*, 39(1), 88-96.  
<https://doi.org/10.1080/00050060410001660380>
- Sabat, C., Burke, M. M., & Arango, P. (2021). Parental styles and attitudes of fathers of children and adolescents with intellectual disability: Do parental styles and attitudes impact children's adaptive behaviour? *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 34(6), 1431-1441. <https://doi.org/10.1111/jar.12885>

- Schwarzer, R. (Ed.). (2014). *Self-efficacy: Thought control of action*. Taylor & Francis Group.  
[https://books.google.pt/books?id=DjLJAAwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_atb#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=DjLJAAwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false)
- Scott, S. (2009). *Predicting Children's Emotional And Behavioral Functioning: An Examination Of Coparenting And Parental Satisfaction* [Dissertação de Mestrado]. University of Central Florida.
- Seabra-Santos, M. J., Major, S., Pimentel, M., Gaspar, M. F., Antunes, N., & Roque, V. (2015). Escala de Sentido de Competência Parental (PSOC): estudos psicométricos. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, 14(1), 97-106. <https://doi.org/10.15689/ap.2015.1401.11>
- September, S. J., Rich, E. G., & Roman, N. V. (2015). The role of parenting and socioeconomic status in parents' knowledge of child development. *Early Child Development and Care*, 186(7), 1060-1078. <https://doi.org/10.1080/03004430.2015.1076399>
- Tukey, J. W. (1977). *Exploratory Data Analysis*. Addison-Wesley
- Van Petegem, S., Sznitman, G. A., Darwiche, J., & Zimmermann, G. (2020). Putting parental overprotection into family systems context: Relations of overprotective parenting with perceived coparenting and adolescent anxiety. *Family Process*, 61(2), 792-807. <https://doi.org/10.1111/famp.12709>
- Vance, A. J., & Brandon, D. H. (2017). Delineating Among Parenting Confidence, Parenting Self-Efficacy, and Competence. *Advances in Nursing Science*, 40(4), 1-20. <https://doi.org/10.1097/ANS.000000000000179>
- Watson, W. H. (2012). Family systems. *Encyclopedia of Human Behavior*, 184-193. <https://doi.org/10.1016/b978-0-12-375000-6.00169-5>
- Weaver, C. M., Shaw, D. S., Dishion, T. J., & Wilson, M. N. (2008). Parenting self-efficacy and problem behavior in children at high risk for early conduct problems: The mediating role of maternal depression. *Infant Behavior & Development*, 31(4), 594-605. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2008.07.006>
- Wittkowski, A., Garrett, C., Calam, R., & Weisberg, D. (2017). Self-Report Measures of Parental Self-Efficacy: A Systematic Review of the Current Literature. *Journal*

*of Child and Family Studies*, 26(11), 2960-2978.  
<https://doi.org/10.1007/s10826-017-0830-5>

Yan, T., Hou, Y. (2023). The Effect of Parenting Sense of Competence on Emotional and Behavioral Adjustment of Children With Special Education Needs: A Chain Mediating Model. *ECNU Review of Education*, 0(0), 1-18.  
<https://doi.org/10.1177/20965311231167196>